RESOLUÇÃO № 680 - CJF, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020 (*)

Dispõe sobre a expedição de certidões judiciais no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o decidido no Processo SEI n. 0006016-27.2019.4.90.8000, aprovado na sessão de 30 de novembro de 2020, e

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação e uniformização das regras de expedição de certidões judiciais no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º graus;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência, que devem reger a administração do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CNJ n. 121, de 5 de outubro de 2010, e suas alterações, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A expedição de certidões judiciais no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º graus e do Conselho da Justiça Federal observará o disposto na Resolução CNJ n. 121 e respectivas alterações, bem como nesta Resolução.

Art. 2º A certidão judicial destina-se a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em nome da pessoa a respeito da qual é emitida e que figure no polo passivo da relação processual, ressalvadas as peculiaridades e parâmetros de expedição previstos para cada certidão.

Art. 3º A expedição das certidões judiciais previstas no capítulo II está isenta do pagamento de taxas ou emolumentos.

Art. 4º O pedido de emissão das certidões judiciais será feito com a indicação do CPF/CNPJ da pessoa sobre a qual se requer a busca, cujo respectivo nome será importado da base de dados da Receita Federal de forma automática.

§ 1º No caso de inexistência de CPF, poderá ser exigido que o interessado compareça à Justiça Federal para a solicitação das certidões, hipótese em que constará de seu teor a anotação "CPF não informado".

§ 2º É facultativa e condicionada à disponibilidade do sistema a inserção, no documento, de outros dados em relação à pessoa sobre a qual se certifica.

Art. 5º A busca nos bancos de dados será realizada de forma autônoma, por meio do nome e CPF/CNPJ, não sendo exigida a associação dos dois dados como requisito para ocorrência.

Parágrafo único. A busca por nome poderá ser realizada pelo nome fonetizado, caso haja viabilidade técnica.

Art. 6º A emissão da certidão judicial será automática, pela rede mundial de computadores, quando não houver processos em que o pesquisado conste do polo passivo, conforme disposições específicas nas seções seguintes.

§ 1º Poderá ser emitida certidão judicial pela rede mundial de computadores, caso haja processos em que o pesquisado conste do polo passivo e tais processos não estejam aptos a tornar a certidão positiva.

§ 2º A certidão judicial positiva poderá ser expedida, eletronicamente, àqueles previamente cadastrados no sistema.

§ 3º No caso de pedido de certidão em que constem mais de 50 (cinquenta) ocorrências, não será possível a emissão automática pela rede mundial de computadores, devendo constar alerta do sistema remetendo o interessado ao atendimento pessoal.

Art. 7º Se for constatado eventual erro ou inconsistência na certidão expedida, é facultado ao interessado solicitar sua retificação.

§ 1º A solicitação mencionada no caput poderá ser realizada por comparecimento pessoal ou mediante procuração com fins específicos, ou, se disponível, via sistema eletrônico próprio.

§ 2º No caso de suspeita de homonímia, é ônus do requerente ou seu procurador fornecer à administração judiciária documentos suficientes para eventual retificação da certidão, circunstância em que poderá ser exigida, se for o caso, declaração de homonímia assinada nos termos da Lei n. 7.115, de 29 de agosto de 1983, conforme Anexo I.

§ 3º Quando emitidas certidões com inclusão ou alteração de informações geradas automaticamente pelo sistema, o servidor responsável deverá registrar a justificativa, que será armazenada pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

Art. 8º O prazo para a emissão não automática de certidão ou para retificação de certidão já emitida será de 5 (cinco) dias úteis, excluído o dia da solicitação.

 \S 1º Sempre que possível, ressalvados os casos de indisponibilidade do sistema ou de decretação de segredo de justiça, deve o setor competente para a emissão da certidão consultar as informações eletrônicas disponíveis nos sistemas processuais, especialmente o inteiro teor dos autos.

§ 2º Caso o setor competente para a emissão da certidão necessite de informações complementares não disponíveis nos sistemas eletrônicos, solicitá-las-á à unidade de origem, que as deverá prestar no prazo de 2 (dois) dias úteis.

Art. 9º As certidões judiciais trarão os resultados contidos nos bancos de dados na data e horário especificados em seu corpo e podem ter sua autenticidade verificada, mediante código de controle, pelo prazo de 90 (noventa) dias, após a sua emissão.

Parágrafo único. Salvo comprovado erro em sua emissão, a certidão judicial não poderá ser cancelada.

Art. 10. As certidões judiciais abrangerão, exclusivamente, as ações originárias em cada grau de jurisdição, ainda que remetidas à instância superior para

Art. 11. A emissão das certidões judiciais previstas no Capítulo II desta Resolução será feita de forma regionalizada pelos Tribunais Regionais Federais.

Art. 12. Para fins da expedição de certidões judiciais disciplinadas nesta Resolução, os sistemas de tramitação e acompanhamento processual utilizarão as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário, criadas pela Resolução CNJ n. 46, de 18 de dezembro de 2007, e suas alterações posteriores.

Art. 13. Das páginas da rede mundial de computadores em que for disponibilizada a expedição de certidões judiciais, deverá constar alerta de que o uso indevido das informações obtidas poderá acarretar a responsabilização civil, penal ou administrativa.

Parágrafo único. Deverão ainda constar do sítio eletrônico informações de que o tratamento de dados pessoais necessários para a emissão das certidões judiciais se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em nome da pessoa que figura no polo passivo da relação processual, conforme exigência do inciso I do art. 23 da Lei n. 13.709/2018 (LGPD).

CAPÍTULO II

DAS CERTIDÕES JUDICIAIS

SECÃO I

DA CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL

Art. 14. A certidão judicial criminal informará os processos das classes criminais em tramitação e os arquivados com sentença penal condenatória transitada em julgado, até que seja lançado o registro do cumprimento ou da extinção da pena fixada.

Parágrafo único. Compete ao juízo da execução penal informar a extinção ou cumprimento da pena para o lançamento do registro previsto no caput.

Art. 15. A certidão judicial criminal somente será positiva quando houver sentença condenatória transitada em julgado, proferida em processo das classes listadas no Anexo II.

Art. 16. A certidão judicial criminal será negativa quando:

I –não houver processos distribuídos;

ISSN 1677-7042

b) no Anexo III.

II -houver processos distribuídos nos quais haja benefício de suspensão condicional da pena, de transação penal, de suspensão condicional do processo e de acordo de não persecução penal, ou nos quais a pena já tenha sido extinta ou cumprida, hipóteses em que não constarão do rol da certidão;

- constar apenas do rol de distribuição de processo das classes listadas:

a) no Anexo II e não houver sentença condenatória transitada em julgado;

Art. 17. Os processos das classes processuais referidas no Anexo II constarão das certidões judiciais criminais positivas e das negativas com rol de processos, independentemente de estarem em segredo de justiça.

Art. 18. Os processos das classes processuais referidas no Anexo III não constarão das certidões judiciais criminais negativas com rol de processos, caso estejam tramitando em segredo de justiça.

Art. 19. As certidões judiciais criminais serão emitidas na forma dos modelos do Anexo VIII.

SEÇÃO II

DA CERTIDÃO CÍVEL

Art. 20. A certidão judicial cível informará os processos das classes cíveis previstas no Anexo IV, excluídos aqueles com arquivamento definitivo.

Parágrafo único. Serão omitidos do rol os processos com segredo de justiça, salvo os das classes previstas no Anexo V.

Art. 21. As certidões judiciais cíveis serão emitidas na forma dos modelos do

SEÇÃO III

DA CERTIDÃO JUDICIAL PARA FINS ELEITORAIS

Art. 22. A certidão judicial para fins eleitorais informará os processos das classes previstas nos Anexos II e V, possibilitando a análise, pela Justiça Eleitoral, da situação de elegibilidade.

Parágrafo único. Os processos referidos no caput constarão da certidão quando ainda estiverem em tramitação, bem como os processos cíveis arquivados definitivamente nos últimos 8 (oito) anos e os processos criminais com o cumprimento da pena encerrado nos últimos 8 (oito) anos, contados a partir da data da emissão da

Art. 23. Não serão omitidos do rol os processos com atributo de segredo de

justiça.

Art. 24. Não compete à Justiça Federal, na emissão da certidão, proceder a qualquer juízo de valor quanto ao enquadramento dos registros processuais para fins de elegibilidade.

Art. 25. A certidão para fins eleitorais informará a inexistência de processos ou a lista dos processos localizados em nome da pessoa pesquisada.

Parágrafo único. A prestação de informações adicionais sobre determinado processo listado na certidão deve ser objeto de requerimento de certidão narrativa ao

Art. 26. Caso o Tribunal Superior Eleitoral deixe de exigir a apresentação de certidão para o registro de candidaturas, a expedição da certidão judicial para fins eleitorais será suspensa.

Art. 27. As certidões judiciais para fins eleitorais serão emitidas na forma dos modelos do Anexo X.

DA CERTIDÃO REQUISITADA MEDIANTE DETERMINAÇÃO JUDICIAL

Art. 28. A certidão requisitada mediante determinação judicial observará o modelo do Anexo XI e informará os processos das classes previstas nos Anexos II, III, IV e VI, inclusive os arquivados definitivamente.

§ 1º A certidão de que trata o caput poderá, mediante requisição, incluir também os processos das classes previstas nos Anexos II, III, IV, VI e VII, em que o consultado figure no polo ativo.

§ 2º Constarão do rol os processos com atributo de segredo de justiça, desde que enquadrados nas classes dos Anexos II e IV.

 \S 3º Mediante regulamentação dos Tribunais Regionais Federais, a certidão

de que trata o caput poderá ser requisitada pelo Ministério Público. Art. 29. Os procedimentos para solicitação e emissão das certidões previstas no art. 28 serão disciplinados em ato próprio pelos Tribunais Regionais Federais, observada a necessidade de fixação de prazos máximos de atendimento às solicitações recebidas e, na medida das possibilidades técnicas disponíveis e na conveniência do serviço da Justiça Federal, a priorização de meios eletrônicos para a solicitação e

fornecimento das certidões emitidas. SEÇÃO V

DA CERTIDÃO FORNECIDA MEDIANTE CONVÊNIOS COM INSTITUIÇÕES

Art. 30. Os Tribunais Regionais Federais poderão celebrar convênios com outras instituições públicas, notadamente, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Tribunais

de Justiça, o Ministério Público, a Polícia Federal e os órgãos da Advocacia-Geral da União, com o objetivo de facilitar a essas instituições o acesso às informações úteis ao exercício de suas atividades-fim, inclusive com o acesso direto aos sistemas de emissão de certidões, quando conveniente. § 1º Os convênios celebrados em virtude do disposto nesse artigo deverão

disciplinar a amplitude do acesso conferido às instituições conveniadas, com observância do estritamente necessário à finalidade pública das atividades por elas desempenhadas, visando à preservação das regras de emissão de certidões constantes desta Resolução. § 2º Para os fins indicados no § 1º, os convênios poderão prever a emissão

de certidões tipificadas nesta Resolução ou estabelecer conteúdo informacional específico para as certidões a serem emitidas.

§ 3º O acesso direto às informações e aos sistemas de emissão de certidão deverá ser auditável. CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 31. As certidões judiciais previstas nesta Resolução não excluem outras que poderão ser solicitadas pelo interessado diretamente às unidades competentes, sendo condicionadas ao recolhimento de custas, quando exigíveis, e à viabilidade técnica do fornecimento das informações solicitadas, observadas as restrições legais relativas ao processo em segredo de justiça e a dados sobre os quais seja atribuído sigilo judicial

Art. 32. Havendo disponibilidade técnica, os Tribunais Regionais Federais poderão acrescentar outros dados além dos previstos nos modelos anexos.

Art. 33. As certidões narratórias/narrativas ("de objeto e pé"), bem como aquelas cujo objeto seja o resumo de sentença ou acórdão, serão fornecidas pelas unidades jurisdicionais nas quais em trâmite o processo.

Parágrafo único. Os Tribunais Regionais Federais poderão, na medida das possibilidades técnicas disponíveis e na conveniência do serviço da Justiça Federal, disciplinar a solicitação e fornecimento das certidões previstas neste artigo por meio de sistema eletrônico.

Art. 34. As unidades jurisdicionais e os órgãos auxiliares da Justiça Federal de 1º e 2º graus devem zelar pela precisão e confiabilidade dos cadastros e registros

dos sistemas processuais. § 1º É de responsabilidade de cada unidade jurisdicional a regularidade dos cadastros e a atualização dos dados processuais.

2º Sempre que verificado erro no cadastro por qualquer unidade jurisdicional ou órgão auxiliar, deverá ser informado à unidade de origem do processo para fins de correção.

§ 3º É de atribuição:

I - das unidades responsáveis pela gestão das atividades judiciárias da Justica Federal de 1º grau e dos Tribunais Regionais Federais o monitoramento dos sistemas de tramitação e acompanhamento processual, bem como do sistema de expedição de certidões;



II - das unidades responsáveis pela gestão da Tecnologia da Informação das Seções Judiciárias da Justiça Federal de 1º grau e dos Tribunais Regionais Federais a realização de testes periódicos de confiabilidade e usabilidade dos sistemas de tramitação e acompanhamento processual, bem como do sistema de expedição de certidões.

Art. 35. Fica acrescido ao art. 6º da Resolução CJF n. 161, de 8 de novembro de 2011, o seguinte inciso:

"V - promover a atualização dos anexos previstos na Resolução n. 680, de novembro de 2020, que trata da uniformização dos critérios para expedição de certidões na Justiça Federal" (NR).

Art. 36. Revoga-se a Resolução n. 417, de 8 de março de 2005.

Art. 37. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, tendo os Tribunais Regionais Federais o prazo de 1 (um) ano para adaptação de suas regulamentações e sistemas informatizados às disposições destes.

Parágrafo único. Realizada a adaptação de que trata o caput, o Conselho da Justica Federal poderá emitir. de forma unificada, as certidões previstas no Capítulo II

Justiça Federal poderá emitir, de forma unificada, as certidões previstas no Capítulo II desta Resolução.

Min. HUMBERTO MARTINS

ANEXO I

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA _ª REGIÃO

Local CIDADE, data DIA de MÊS de ANO. Assinatura

ANEXO II

| Código | Classe |
|--------|---|
| 282 | AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JÚRI |
| 283 | AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO |
| 287 | CRIMES DE RESPONSABILIDADE DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS |
| 288 | CRIMES DE CALÚNIA, INJÚRIA E DIFAMAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO JUIZ SINGULAR |
| 289 | CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL |
| 293 | CRIMES AMBIENTAIS |
| 297 | CRIMES DE IMPRENSA |
| 300 | PROCEDIMENTO ESPECIAL DA LEI ANTITÓXICOS |
| 302 | PROCEDIMENTO ESPECIAL DOS CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE |
| 386 | EXECUÇÃO DA PENA |
| 10943 | AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO SUMÁRIO |
| 10944 | AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO |
| 12727 | EXECUÇÃO DE PENA DE MULTA |
| 12729 | EXECUÇÃO DE MEDIDAS ALTERNATIVAS |

ANEXO III

| Código | Classe |
|--------|---|
| 272 | REPRESENTAÇÃO CRIMINAL/NOTÍCIA DE CRIME |
| 278 | TERMO CIRCUNSTANCIADO |
| 279 | INQUÉRITO POLICIAL |
| 280 | AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE |
| 309 | PEDIDO DE BUSCA E APREENSÃO CRIMINAL |
| 310 | PEDIDO DE QUEBRA DE SIGILO DE DADOS E/OU TELEFÔNICO |
| 311 | MEDIDAS INVESTIGATÓRIAS SOBRE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS |
| 313 | PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA |
| 314 | PEDIDO DE PRISÃO TEMPORÁRIA |
| 329 | SEQUESTRO |
| 330 | ARRESTO / HIPOTECA LEGAL |
| 1731 | INVESTIGAÇÃO CONTRA MAGISTRADO |
| 1733 | PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP) |
| 11955 | CAUTELAR INOMINADA CRIMINAL |
| 12077 | HOMOLOGAÇÃO EM ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA |
| 12121 | AUTO DE PRISÃO |

ANEXO IV

| Código | Classe |
|--------|---|
| 7 | PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL |
| 32 | CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO |
| 34 | DEMARCAÇÃO / DIVISÃO |
| 37 | EMBARGOS DE TERCEIRO CÍVEL |
| 38 | HABILITAÇÃO |
| 40 | MONITÓRIA |
| 45 | AÇÃO DE EXIGIR CONTAS |
| 47 | AÇÃO RESCISÓRIA |
| 48 | SOBREPARTILHA |
| 49 | USUCAPIÃO |
| 52 | ALIENAÇÃO JUDICIAL DE BENS |
| 55 | DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA |
| 59 | ORGANIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE FUNDAÇÃO |
| 63 | AÇÃO CIVIL COLETIVA |
| 64 | AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA |
| 65 | AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL |
| 66 | AÇÃO POPULAR |
| 69 | ALIMENTOS - LEI ESPECIAL N. 5.478/1968 |
| 74 | ALVARÁ JUDICIAL - LEI N. 6.858/1980 |
| 81 | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA |
| 82 | CANCELAMENTO DE NATURALIZAÇÃO |
| 83 | CAUTELAR FISCAL |
| 84 | COBRANÇA DE CÉDULA DE CRÉDITO INDUSTRIAL |
| 85 | COMPROMISSO ARBITRAL |
| 86 | CONSIGNATÓRIA DE ALUGUÉIS |
| 89 | DEPÓSITO DA LEI N. 8. 866/1994 |
| 90 | DESAPROPRIAÇÃO |

| DESPEJO DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA DISCRIMINATÓRIA DISCRIMINATÓRIA DIVIDA DIVIDA TO EXPROPRIAÇÃO DA LEI N. 8.257/1991 LABAS DATA IMISSÃO NA POSSE MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO MANDADO DE MESPOSTA QU DE INHEIRO NA FALÊNCIA DO DEVEDOR EMPRESÁRIC MARCINITARIO DE COLORAÇÃO DE MICHERO NA FALÊNCIA DO DEVEDOR EMPRESÁRIC LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA PELO PROCEDIMENTO COMUM LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA SEDIO COLETIVO DE SENTENÇA MEDIDA DE PRODUCÃO ANTECIPADO AD PROVA MEDIDA PRODUCÃO ANTECIPADO AD PROVA MEDIDA MEDIDA PROPOJICÃO LIQUIDAÇÃO POR SERVENTENÇA LIQUIDAÇÃO POR COLUMENTO DO LIZADO ESPECIAL CÍVEL LIQUIDAÇÃO POR COLUMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL LIQUIDAÇÃO DE MICHERO LEGAL LIQUIDAÇÃO DE POSOSE LIQUIDAÇÃO DE SECURDADO | 91 | DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEL RURAL POR INTERESSE SOCIAL |
|--|-------|---|
| 94 DESPEIO POR FAITA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA 96 DISCRIMINATÓRIA 100 DÚVIDA 107 EXPROPRIAÇÃO DA LEI N. 8.257/1991 108 HABAS DATA 119 MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO 120 MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO 121 MARDADO DE SEGURANÇA CÍVEL 121 NATURALIZAÇÃO 122 OPÇÃO DE NACIONALIDADE 124 PEDIDO DE RESPOSTA OU RETIFICAÇÃO DA LEI DE IMPRENSA 136 REMIÇÃO DO INVORU HIPOTECADO 137 RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO 138 RESTITUÇÃO DE COISA OU DINHEIRO NA FALÊNCIA DO DEVEDOR EMPRESÁRIC 140 REVISIONAL DE ALUGUEL 151 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO 152 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO 153 LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA POR ARBITRAMENTO 154 LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA POR ARBITRAMENTO 1554 LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA PELO PROCEDIMENTO COMUM 156 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 157 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 158 HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL 193 PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA 228 EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA CÍVEL 236 OPOSIÇÃO 241 PETIÇÃO CÍVEL 246 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 151 EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO 146 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 157 EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO 147 PETIÇÃO CÍVEL 148 PRODU RESPONSOR DE DESTENCA 158 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1682 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1682 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1683 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1683 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1683 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1684 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1685 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO DE PROTEÇÃO 10098 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 10098 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 10098 CUMPRIMENTO DE REDIFICAÇÃO DE POSSE 1709 INTERDITO PROBITÓRIO 10098 CUMPRIMENTO DE REDIFICAÇÃO DE PROSSE 12090 DE DESINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE 12010 DE DESINTERNAÇÃO DE PROSSE 12131 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12115 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12116 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12117 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNC | | · |
| 96 DISCRIMINATÓRIA 100 DÚVIDA 107 EXPROPRIAÇÃO DA LEI N. 8.257/1991 110 HABEAS DATA 113 IMISSÃO NA POSSE 119 MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO 120 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL 121 NATURALIZAÇÃO 122 OPÇÃO DE NACIONALIDADE 124 PEDIDO DE RESPOSTA OU RETIFICAÇÃO DA LEI DE IMPRENSA 136 REMIÇÃO DO IMÓVEL HIPOTECADO 137 RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO 138 RESTITUIÇÃO DE COISA OU DINHEIRO NA FALÊNCIA DO DEVEDOR EMPRESÁRIC 140 REVISIONAL DE ALUGUEL 151 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO 152 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO 153 LIQUIDAÇÃO PORVISÓRIA DE SENTENÇA PELO PROCEDIMENTO COMUM 154 LIQUIDAÇÃO POR VISÓRIA DE SENTENÇA PELO PROCEDIMENTO COMUM 156 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 157 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 158 HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL 139 PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA 288 EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA CÍVEL 298 DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE 241 PETIÇÃO CÍVEL 298 DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE 1116 EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO 1682 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 1172 EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO 1683 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO DO JUISADIO POSSE 1109 INTERDITO PROJISTRINO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1682 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO DO JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1683 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO DO JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1684 RETIFICAÇÃO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 1070 PRODEDIMENTO SO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1682 RETIFICAÇÃO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 1070 PRODEDIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 1070 PODO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 1070 PRODEDIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 1070 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 1070 PRODEDIDA DE RENTERRAÇÃO/PREAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DI METERDITO PRODISTORIO 1070 PRODEDIDA DE RENTERRAÇÃO DE PESSONALIDADE JURÍDICA 1071 PRODEDIDA DE RENTERRAÇÃO DE PESSONALIDADE JURÍDICA 1071 PRODEDIDA DE RENTERRAÇÃO DE PESSONALIDADE JURÍDICA 1072 PROTESTO PROVESORIA A AÇÃO MONITÓRIA 1071 PROTESTO PROMEDIO DE PESSONALIDAD | 93 | DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO |
| DÚVIDA EXPROPRIAÇÃO DA LEI N. 8.257/1991 110 HABEAS DATA 113 IMISSÃO NA POSSE 119 MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO 120 MANDADO DE SEGURANÇA CÚVEL 121 NATURALIZAÇÃO 122 OPÇÃO DE NACIONALIDADE 124 PEDIDO DE RESPOSTA OU RETIFICAÇÃO DA LEI DE IMPRENSA 126 REMIÇÃO DO IMÓVEL HIPOTECADO 137 RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO 138 RESTITUIÇÃO DE COISA OU DINHEIRO NA FALÊNCIA DO DEVEDOR EMPRESÁRIO 140 REVISIONAL DE ALUGUEL 151 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO 152 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO 152 LIQUIDAÇÃO POR SENTENÇA PELO PROCEDIMENTO COMUM 153 LIQUIDAÇÃO POR SONYSÓRIA POR ARBITRAMENTO 154 LIQUIDAÇÃO POR SONYSÓRIA POR ARBITRAMENTO 155 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 157 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA 158 HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL 193 PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA 28 EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA CÍVEL 206 OPOSIÇÃO 241 PETIÇÃO COLUMENTO OU COISA CÍVEL 207 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 208 DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE 1117 EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO 1098 CUMPRIMENTO DO SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1898 ROSCEDIMENTO DO JUIRADO ESPECIAL CÍVEL 1294 OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1682 RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEL 1707 REINTEGRAÇÃO JÚMINENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1683 RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEL 1709 INTERDITO PROBISTÓRIO 10980 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 12070 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12071 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12072 BUSCA E APREENSÃO INFRRACIONAL 12073 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12074 PEDIDO DE DESINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA 12075 PROCEDIMENTO CON CILITÁRIO 12076 PROCEDIMENTO CON CILITÁRIO 12077 PROCEDIMENTO DE RENTEGRAÇÃO DE PROSSE 12139 CONTESTAÇÃO PROVISÓRIA 12141 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12077 PEDIDO DE DEDISTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA 12078 LORDADO DE REDITEGRAÇÃO DE PROSSE 12139 CONTESTAÇÃO DE REDITEGRAÇÃO DE POSSE 12131 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12122 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12123 REGUERIMENTO OD REINTEGRAÇÃO | 94 | DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA |
| 107 EXPROPRIAÇÃO DA LEI N. 8.257/1991 110 HABEAS DATA 113 IMISSÃO NA POSSE 119 MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO 120 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL 121 NATURALIZAÇÃO 122 OPÇÃO DE NACIONALIDADE 124 PEDIDO DE RESPOSTA OU RETIFICAÇÃO DA LEI DE IMPRENSA 136 REMIÇÃO DO IMÓVEL HIPOTECADO 137 RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO 138 RESTITUIÇÃO DE COISA OU DINHEIRO NA FALÊNCIA DO DEVEDOR EMPRESÁRIC 140 REVISIONAL DE ALUGUEL 151 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO 152 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO 153 LIQUIDAÇÃO POR SENTENÇA PELO PROCEDIMENTO COMUM 154 LIQUIDAÇÃO POR SENTENÇA PELO PROCEDIMENTO COMUM 156 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 157 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 158 HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL 139 PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA 128 EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA CÍVEL 139 PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA 129 EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA CÍVEL 130 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 131 PETIÇÃO CÍVEL 131 PETIÇÃO CÍVEL 1324 OUTROS PROCEDIMENTO DU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1436 PROCEDIMENTO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1482 RETIFICAÇÃO COU SUPPRIMENTO DE IMÓVEL 1117 EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO 1209 ARBAS CORPUS CÍVEL 1204 OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1682 RETIFICAÇÃO OU SUPPRIMENTO DO RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1683 RETIFICAÇÃO OU SUPPRIMENTO DO RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1683 RETIFICAÇÃO OU SUPPRIMENTO DO RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1684 RETIFICAÇÃO OU SUPPRIMENTO DO RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 169 HABEAS CORPUS CÍVEL 1707 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE 1709 INTERNITORIO POSVISÓRIA 1707 REINTEGRAÇÃO DE TIVILO DE STRALUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 POSCEDIMENTO DE SINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA 12079 POSCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12078 CUMPRIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE PESSONALIDADE JURÍDICA 12079 POSCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12079 POSCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12079 POSCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12070 PEDIDO DE MESTORORAÇÃO DE COMPETÊNCIA 12119 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PESSONALIDADE JURÍDICA 12119 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE POSSE 12130 CONTESTAÇÃO DE TÍTULO EXTRALUDICIAL | 96 | DISCRIMINATÓRIA |
| 110 HABEAS DATA 113 IMISSÃO NA POSSE 119 MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO 120 MANDADO DE SEGURANÇA CIVEL 121 NATURALIZAÇÃO 122 OPÇÃO DE NACIONALIDADE 124 PEDIDO DE RESPOSTA OU RETIFICAÇÃO DA LEI DE IMPRENSA 126 REMIÇÃO DO IMÓVEL HIPOTECADO 137 RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO 138 RESTITUIÇÃO DE COISA OU DINHEIRO NA FALÊNCIA DO DEVEDOR EMPRESÁRIO 140 REVISIONAL DE ALUGUEL 151 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO 152 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO 152 LIQUIDAÇÃO POR SENTENÇA PELO PROCEDIMENTO COMUM 153 LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA POR ARBITRAMENTO 154 LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA 157 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 158 HONOLOGAÇÃO AD PENHOR LEGAL 193 PRODUÇÃO AD TECHDADA DA PROVA 228 EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA CÍVEL 206 OPOSIÇÃO 241 PETIÇÃO CÍVEL 388 DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE 1116 EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO 1683 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAUBAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1683 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAUBAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1683 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAUBAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1683 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAUBAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1683 RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEL 1707 REINTEGRAÇÃO Ó MANUTENÇÃO DE POSSE 1709 INTERDITO PROBISITÓRIO 10980 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 12071 BUSCA E APREENSÃO INFRACIONAL 12073 INTERDITO PROBISITÓRIO 12074 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12075 PROCEDIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12076 PROCEDIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12077 PRINTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12078 PROCEDIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 PECLOÇÃO DE TÍTULO EXTRAUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 PECLOÇÃO DE TÍTULO EXTRAUDICIAL 12131 INCIDENTE DE DESCONSIDERRAÇÃO DE PRESONALIDADE JURÍDICA 12079 PECLOÇÃO DE TÍTULO EXTRAUDICIAL 12134 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12135 INCIDENTE DE DESCONSIDERRAÇÃO DE PRESONALIDADE JURÍDICA 12136 PROCEDIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE PRESONALIDADE JURÍDICA 12228 PROTESTO 12229 PROTESTO 12229 PROTESTO 12221 INTERPELAÇÃO 12221 INTERPELAÇÃO 12221 INTERPELAÇ | 100 | |
| 113 IMISSÃO NA POSSE 119 MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO 120 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL 121 NATURALIZAÇÃO 122 OPÇÃO DE NACIONALIDADE 124 PEDIDO DE RESPOSTA OU RETIFICAÇÃO DA LEI DE IMPRENSA 136 REMIÇÃO DO IMÓVEL HIPOTECADO 137 RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO 138 RESTITUIÇÃO DE COISA OU DINHEIRO NA FALÊNCIA DO DEVEDOR EMPRESÁRIC 140 REVISIONAL DE ALIGUEL 151 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO 152 LIQUIDAÇÃO PORVISÓRIA DE SENTENÇA PELO PROCEDIMENTO COMUM 153 LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA POR ARBITRAMENTO 154 LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA POR ARBITRAMENTO 156 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 157 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 158 HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL 159 PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA 188 PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA 189 PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA 180 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 190 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 191 PETIÇÃO CÍVEL 191 PETIÇÃO CÍVEL 191 PETIÇÃO CÍVEL 1924 OUTROS PROCEDIMENTO DO ISSTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO 116 EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO 117 EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO 1188 RETIFICAÇÃO OU SUPPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1882 RETIFICAÇÃO OU SUPPRIMENTO DO URESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1894 OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1882 RETIFICAÇÃO OU SUPPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1802 RETIFICAÇÃO OU SUPPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1803 RETIFICAÇÃO OU SUPPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1804 RESPONSO PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1802 RETIFICAÇÃO OU SUPPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1804 RESPONSO PROVISORIA 1909 INTERDITO PROBISTÓRIO 1908 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 1909 INTERDITO PROBISTÓRIO 1909 DE MEDIDA DE PROTECÃO 1907 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTECÃO 1907 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTECÃO 1907 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTECÃO 1908 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 1909 PROCEDIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 1909 LINCENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PESSONALIDADE JURÍDICA 1909 CONTESTAÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 1909 CONTESTAÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICI | 107 | EXPROPRIAÇÃO DA LEI N. 8.257/1991 |
| 1190 MANDADO DE SEGURANÇA CÓVEL 121 NATURALIZAÇÃO 122 OPÇÃO DE NACIONALIDADE 124 PEDIDO DE RESPOSTA OU RETIFICAÇÃO DA LEI DE IMPRENSA 136 REMIÇÃO DO IMÓVEL HIPOTECADO 137 RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO 138 RESTITUIÇÃO DE COISA OU DINHEIRO NA FALÊNCIA DO DEVEDOR EMPRESÁRIO 140 REVISIONAL DE ALUGUEL 151 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO 152 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO 153 LIQUIDAÇÃO POR SENTENÇA PELO PROCEDIMENTO COMUM 154 LIQUIDAÇÃO POR SENTENÇA PELO PROCEDIMENTO COMUM 155 LIQUIDAÇÃO POR OSTANTAMENTO 156 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PELO PROCEDIMENTO COMUM 157 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 157 CUMPRIMENTO PROVISÓRIA DE SENTENÇA PELO PROCEDIMENTO COMUM 158 HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL 193 PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA 228 EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA CÍVEL 236 OPOSIÇÃO 241 PETIÇÃO CÍVEL 246 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 247 PETIÇÃO CÍVEL 248 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 249 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 240 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 241 PETIÇÃO CÍVEL 242 PROTOS PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 243 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 244 PETIÇÃO CÍVEL 245 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 246 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 247 PETIÇÃO CÍVEL 248 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 249 OUTOS PROCEDIMENTO DO EJUISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 240 PROCEDIMENTO DO SENTENÇA DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 241 PETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 242 PROTOS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 244 PETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEL 245 PROCEDIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 246 PROCEDIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 247 PEDIDO DE MEDIDA DE PROFEÇÃO 248 PROCEDIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 249 PROCEDIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 240 PEDIDO DE DESINTENNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA 240 PEDIDO DE DESINTENNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA 240 PEDIDO DE DESINTENNAÇÃO PROPEÇÃO 240 PEDIDO DE DESINTENNAÇÃO PROPEÇÃO 240 PROCEDIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 240 PROCEDIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 240 PROCEDIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A F | | |
| 120 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL 121 NATURALIZAÇÃO 122 OPÇÃO DE NACIONALIDADE 124 PEDIDO DE RESPOSTA OU RETIFICAÇÃO DA LEI DE IMPRENSA 136 REMICÃO DO INÓVEL HIPDTECADO 137 RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO 138 RESTITUIÇÃO DE COISA OU DINHEIRO NA FALÊNCIA DO DEVEDOR EMPRESÁRIO 139 REVISIONAL DE ALUGUEL 151 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO 152 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO 152 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO 153 LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA POR ARBITRAMENTO 154 LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA POR ARBITRAMENTO 156 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 157 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 158 HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL 139 PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA 188 HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL 139 PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA 128 EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA CÍVEL 130 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 131 PETIÇÃO CÍVEL 132 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 134 PETIÇÃO COLETIVO DE GREVE 1116 EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO 1409 HABEAS CORPUS CÍVEL 1294 OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1682 RETIFICAÇÃO OU SURRIMIENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1683 RETIFICAÇÃO OU SURRIMIENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1707 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE 1709 INTERDITO PROBITÍORIO 19080 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 12072 BUSCA E APREENSÃO INFRACIONAL 12073 INTERNAÇÃO PROVISÓRIO DE DECISÃO 12076 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12077 POCCEDIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 12078 PROCEDIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 12079 PEDIDO DE DESINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA 12075 PROCEDIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 12076 PROCEDIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12077 PROCEDIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12078 INTERNIÇÃO PROVISÓRIA 12079 PROCEDIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 PROCEDIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 PROCEDIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12071 INTERNIÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12133 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12133 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12134 PROTESTO OPROMESO 12225 PROTESTO FORMADO A BORDO 12225 ROTISTO FORMADO | | |
| 121 NATURALIZAÇÃO OPCÃO DE NACIONALIDADE 122 PEDIDO DE RESPOSTA OU RETIFICAÇÃO DA LEI DE IMPRENSA 136 REMIÇÃO DO IMÓVEL HIPOTECADO 137 RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO 138 RESTITUIÇÃO DE COISA OU DINHEIRO NA FALÊNCIA DO DEVEDOR EMPRESÁRIO 140 REVISIONAL DE ALUGUEL 151 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO 152 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO 153 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO 154 LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA POR ARBITRAMENTO 155 LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA POR ARBITRAMENTO 156 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PELO PROCEDIMENTO COMUM 157 CUMPRIMENTO PROVISÓRIA DE SENTENÇA PELO PROCEDIMENTO COMUM 158 HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL 193 PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA 188 HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL 193 PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA 188 HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL 194 PETIÇÃO CÍVEL 195 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 196 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 197 EXECUÇÃO PISCAL 1117 EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO 1269 HABEAS CORPUS CÍVEL 1970 HABEAS CORPUS CÍVEL 1970 REINTEGRAÇÃO DE SEGISTRO DE IMÓVEL 1707 REINTEGRAÇÃO DE MEGISTRO DE IMÓVEL 1707 REINTEGRAÇÃO DE MEGISTRO DE IMÓVEL 1707 REINTEGRAÇÃO PROVISÓRIO DE DECISÃO 12070 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12071 BUSCA A PREENSÃO INFRACIONAL 12073 INTERNITO PROVISÓRIO DE DECISÃO 12070 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12071 PROCEDIMENTO DE SENTENÇA DE PROSE 12071 PROCEDIMENTO DE SENTENÇA DE PROSE 12072 PROCEDIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 12073 INTERNAÇÃO PROVISÓRIO DE DECISÃO 12074 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12075 PROCEDIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12076 PROCEDIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12077 PROCEDIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12078 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12134 TUTELA ANTECIPADA A ANTECEDENTE 12135 TUTELA ANTECIPADA A MIECEDENTE 12136 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12136 PROCESIO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12137 INTERNAÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12138 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12139 CONTESTAÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 1 | | |
| 1224 PEDIDO DE RASCIONALIDADE 124 PEDIDO DE RESPOSTA OU RETIFICAÇÃO DA LEI DE IMPRENSA 136 REMIÇÃO DO IMÓVEL HIPOTECADO 137 RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO 138 RESTITUIÇÃO DE COISA OU DINHEIRO NA FALÊNCIA DO DEVEDOR EMPRESÁRIO 140 REVISIONAL DE ALUGUEL 151 LIQUIDAÇÃO POS ARBITRAMENTO 152 LIQUIDAÇÃO POS ESINTENÇA PELO PROCEDIMENTO COMUM 153 LIQUIDAÇÃO POS ESINTENÇA PELO PROCEDIMENTO COMUM 154 LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA PELO PROCEDIMENTO COMUM 155 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 156 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 157 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 158 HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL 189 PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA 188 HOMOLOGAÇÃO DO DEPHOR LEGAL 189 PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA 189 EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA CÍVEL 180 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 181 PETIÇÃO CÍVEL 180 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 181 EXECUÇÃO FISCAL 1117 EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO 182 PROFECEDIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 183 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1863 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1863 RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEL 1870 INTERNAÇÃO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 1870 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 1870 PROCEDIMENTO DE SENTENÇA ORDANAL 1871 PROTECAÑO DE PROTEÇÃO 1872 PROCEDIMENTO DE SENTENÇA ORDANAL 1873 PROTESTO ORDANAL 1874 PROTESTO ORDANAL 1875 PROCEDIMENTO ORDANAL 1875 PROCEDIMENTO ORDANAL 1871 PROTESTO ORDANAL 1871 PROTESTO ORDANAL | | |
| 126 PEDIDO DE RESPOSTA OU RETIFICAÇÃO DA LEI DE IMPRENSA 127 REMIÇÃO DO IMÓVEL HIPOTECADO 127 RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO 128 RESTITUIÇÃO DE COISA OU DINHEIRO NA FALÊNCIA DO DEVEDOR EMPRESÁRIO 140 REVISIONAL DE ALUGUEL 151 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO 152 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO 153 LIQUIDAÇÃO POR VISÓRIA POR ARBITRAMENTO 154 LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA POR ARBITRAMENTO 155 LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA PELO PROCEDIMENTO COMUM 156 CUMPRIMENTO DE SENTENCA 157 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA 188 HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL 193 PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA 128 EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA CÍVEL 128 EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA CÍVEL 128 EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA CÍVEL 129 PETIÇÃO CÍVEL 140 PETIÇÃO CÍVEL 141 PETIÇÃO CÍVEL 141 PETIÇÃO COLETIVO DE GREVE 151 EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO 1429 HABEAS CORPUS CÍVEL 143 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO DU RISTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1683 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1683 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1683 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1690 INTERDITO PROBITÓRIO 10980 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 12070 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12070 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12071 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12072 BUSCA E APREENSÃO INFRACIONAL 12073 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12074 PEDIDO DE DESINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12076 PROCEDIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12077 PROCEDIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12078 CUMPRIMENTO DE SENTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12078 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 PROCEDIMENTO DE SENTERNAÇÃO DE POSSE 12071 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12134 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12135 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12136 PROTESTO 12226 NOTISTAÇÃO DE FÍTULO EXTRAJUDICIAL 12227 INTERPLAÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12228 PROTESTO PORMADO A BORDO 122251 PROTESTO | | |
| REMIÇÃO DO IMÓVEL HIPOTECADO RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO REVISIONAL DE ALUGUEL LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA PELO PROCEDIMENTO COMUM LISA LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA POR ARBITRAMENTO LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA PELO PROCEDIMENTO COMUM LISA LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA PELO PROCEDIMENTO COMUM LISA LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA LICUMPRIMENTO DE SENTENÇA LICUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA LICUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA LISA PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA LISA EXIBIÇÃO DE DEVIDA DE LIGAL LISA PROCEDIMENTO DU COISA CÍVEL DOPOSIÇÃO LITURO PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL LISA PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL LISA EXEUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO LICUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA LICUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE INDISDIÇÃO VOLUNTÁRIA LICUMPRIMENTO DO SUPRIMENTO DU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL LICUMPRIMENTO DO SUPRIMENTO DU PESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL LICUMPRIMENTO DO SUPRIMENTO DU PESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL LICUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO LICUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO LICUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO LICUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO LICUMPRIMENTO DE DE SINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO LICUMPRIMENTO DE SINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA LICUMPRIMENTO DE SENTENCA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA LICUMPRIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE PO | | |
| RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO RESTITUIÇÃO DE COISA OU DINHEIRO NA FALÊNCIA DO DEVEDOR EMPRESÁRIO REVISIONAL DE ALUGUEL 151 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO 152 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO 153 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO 154 LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA POR ARBITRAMENTO 154 LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA POR ARBITRAMENTO 156 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 157 CUMPRIMENTO PROVISÓRIA DE SENTENÇA 158 HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL 159 PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA 228 EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA CÍVEL 236 OPOSIÇÃO 241 PETIÇÃO CÍVEL 2436 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 248 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 249 LESCUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO 169 HABEAS CORPUS CÍVEL 1707 REINFEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE 1709 INTERDITO PROBISTÓRIO 10980 CUMPRIMENTO PROBISTÓRIO 10980 CUMPRIMENTO PROBISTÓRIO 10980 CUMPRIMENTO PROBISTÓRIO 12070 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12071 BUSCA E APREENSÃO INFRACIONAL 12073 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12075 PROCEDIIDA DE PROTEÇÃO 12076 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12077 EDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12078 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12079 PEDIDO DE DE DESINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA 12079 REDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12070 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12071 PEDIDO DE DE DESINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA 12075 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12076 PROCEDIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12077 PENDO DE DESINTERNAÇÃO/DE COMPETÊNCIA 12134 TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE 12135 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12136 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12137 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12136 PROTESTO 12226 NOTESTAÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12137 INTERNAÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12138 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12237 PROTESTO 12238 PROTESTO FORMADO A BORDO 12239 PROTESTO FORMADO A BORDO 12237 PROTESTO FORMADO A BORDO | | |
| RESTITUIÇÃO DE COISA OU DINHEIRO NA FALÊNCIA DO DEVEDOR EMPRESÁRIO 1400 REVISIONAL DE ALUGUEL 1511 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO 1522 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO 1531 LIQUIDAÇÃO POR SENTENÇA PELO PROCEDIMENTO COMUM 1532 LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA POR ARBITRAMENTO 1541 LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA PELO PROCEDIMENTO COMUM 1554 LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA 1556 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 1570 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 1581 HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL 1591 PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA 1282 EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA CÍVEL 1931 PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA 1283 EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA CÍVEL 1934 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 1935 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 1938 DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE 1116 EXECUÇÃO FISCAL 1117 EXECUÇÃO HIPOTECÉRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO 1140 HABEAS CORPUS CÍVEL 1294 OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1682 RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEL 1707 REINTEGRAÇÃO JE REGISTRO DE IMÓVEL 1709 INTERDITO PROIBITÓRIO 1988 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 12070 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12071 BUSCA E APREENSÃO INFRACIONAL 11073 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12073 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12074 PEDIDO DE DESINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA 12075 PROCEDIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12076 PROCEDIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12077 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12078 PROCEDIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 PEDIDO DE DESINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA 12079 PROCEDIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12131 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12132 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12133 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12134 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12135 PROCEDIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12139 CONTESTAÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO FORMADO A BORDO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12231 PROTESTO FORMADO A BORDO 12231 PROTESTO FORMADO A BORDO 12233 RECLAMAÇÃO | | |
| 140 REVISIONAL DE ALUGUEL 151 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO 152 LIQUIDAÇÃO POS ARBITRAMENTO 153 LIQUIDAÇÃO POS SENTENÇA PELO PROCEDIMENTO COMUM 153 LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA POR ARBITRAMENTO 154 LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA POR ARBITRAMENTO 156 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 157 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 157 CUMPRIMENTO POSISÓRIO DE SENTENÇA 158 HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL 193 PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA 228 EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA CÍVEL 236 OPOSIÇÃO 241 PETIÇÃO CÍVEL 2436 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 258 DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE 1511 EXECUÇÃO FISCAL 1111 EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO 1269 HABEAS CORPUS CÍVEL 1294 OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1682 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1683 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1707 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE 1709 INTERDITO PROVISÓRIO DE DECISÃO 12070 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12071 BUSCA E APREENSÃO INFRACIONAL 12073 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12074 PEDIDO DE DE DESINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA 12075 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12076 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12077 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12078 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12071 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12075 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12076 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12077 REDIDO DE DESINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA 12078 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 PEDIDO DE MEDIDA ANTECEDENTE 12135 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12136 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12131 TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE 12132 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12234 TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE 12335 REMBARGOS PARCIALS À AÇÃO MONITÓRIA 12154 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 NITERPELAÇÃO 12228 PROTESTO FORMADO A BORDO 122251 PROTESTO FORMADO A BORDO 12237 RECLAMAÇÃO 12374 PROCEDIMENTO DE CELISCO 12375 RECLAMAÇÃO | | |
| LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO 152 LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA PELO PROCEDIMENTO COMUM 153 LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA POR ARBITRAMENTO 154 LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA POR ARBITRAMENTO 155 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 157 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA 188 HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL 193 PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA 228 EXBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA CÍVEL 236 OPOSIÇÃO 241 PETIÇÃO CÍVEL 436 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 438 DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE 1116 EXECUÇÃO PIOPTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO 1269 HABEAS CORPUS CÍVEL 1294 OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1682 RETIFICAÇÃO DO SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1683 RETIFICAÇÃO DO SUPRIMENTO OU POSSE 1709 INTERDITO PRODISTÓRIO 10980 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 12070 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12071 BUSCA E APREENSÃO INTRACIONAL 12073 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12074 PEDIDO DE DESINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MIDIDA DE PROTEÇÃO 12075 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12076 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12077 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12078 PROCEDIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 PROCEDIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12079 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12071 RECUÇÃO DE DESINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MIDIDA DE POSSE 12079 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12071 RECUDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12191 INCIDENTE DE DE DESCONSIDERRAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12193 INTERNAÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 12194 INCIDENTE DE DESCONSIDERRAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12115 TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE 12136 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12137 REPUBLAÇÃO DE TÍTULIO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12228 PROTESTO FORMADO A BORDO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12221 REZEUÇÃO DE TÍTULIO EXTRAJUDICIAL 12237 RECLAMAÇÃO 12373 RECLAMAÇÃO 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL | | |
| LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA PELO PROCEDIMENTO COMUM 153 LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA POR ARBITRAMENTO 154 LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA PELO PROCEDIMENTO COMUM 156 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 157 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA 188 HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL 193 PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA 228 EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA CÍVEL 236 OPOSIÇÃO 241 PETIÇÃO CÍVEL 436 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 988 DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE 1116 EXECUÇÃO FISCAL 1117 EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO 1269 HABEAS CORPUS CÍVEL 1940 OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1682 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1683 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1683 RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEL 1707 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE 1709 INTERDITO PROIBITÓRIO 10980 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 12070 PEDÍDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12071 BUSCA E APREENSÃO INFRACIONAL 12073 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12074 PEDÍDO DE DESINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA 12075 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12076 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12077 PROCEDIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12078 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12131 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE POSSE 12133 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12134 TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE 12135 IUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12136 LOMBARGOS PARCIALS À AÇÃO MONITÓRIA 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INCIDENTE DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12228 PROTESTO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12221 INCIDENTE DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL | | |
| LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA POR ARBITRAMENTO 154 LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA PELO PROCEDIMENTO COMUM 156 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 157 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 158 HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL 188 HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL 193 PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA 228 EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA CÍVEL 236 OPOSIÇÃO 241 PETIÇÃO CÍVEL 2436 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 248 DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE 1116 EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO 1269 HABEAS CORPUS CÍVEL 1294 OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1682 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1683 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1707 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE 1709 INTERDITO PROIBITÓRIO 10980 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 12070 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12071 DISCA E APREENSÃO INFRACIONAL 12073 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12074 PEDIDO DE DESINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DI MEDIDA 12075 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12076 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12077 PROCEDIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12078 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12119 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12131 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12131 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12134 TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE 12135 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12136 EMBARGOS PARCIALS À AÇÃO MONITÓRIA 12137 INTERPELAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12221 PROTESTO FORMADO A BORDO 12224 PROTESTO FORMADO A BORDO 12225 PROTESTO FORMADO A BORDO 12226 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL | | |
| LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 157 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA 188 HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL 193 PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA 226 EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA CÍVEL 236 OPOSIÇÃO 241 PETIÇÃO CÍVEL 360 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 370 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 381 DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE 1116 EXECUÇÃO FISCAL 1117 EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO 1269 HABEAS CORPUS CÍVEL 1294 OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1682 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1683 RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEL 1707 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE 1709 INTERDITO PROIBITÓRIO 10980 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 12070 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12071 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12073 INTERNAÇÃO PROVISÓRIO 12075 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12075 PROCEDIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 EXECUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 12131 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12132 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12133 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12133 CONTESTAÇÃO EM PORO DIVERSO 12153 EMBARGOS PARCIAL DE SOCIEDADE 12134 EVELUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12225 PROTESTO FORMADO A BORDO 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO FORMADO A BORDO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12221 PROTESTO FORMADO A BORDO 12224 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL 12335 RECLAMAÇÃO | 152 | |
| 156 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 157 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA 188 HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL 193 PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA 228 EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA CÍVEL 236 OPOSIÇÃO 241 PETIÇÃO CÍVEL 2436 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 258 DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE 259 DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE 250 HABEAS CORPUS CÍVEL 251 CUMPRIMENTO DO JUIZADO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO 252 HABEAS CORPUS CÍVEL 253 CUMPROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 254 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 254 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE IMÓVEL 255 PRODIBITÓRIO 256 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 257 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 258 USUCA E APREENSÃO INFRACIONAL 257 PROCEDIMENTO DE SENTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA 250 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 250 PROCEDIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 257 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 258 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 259 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 260 DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 260 DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 261 DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 261 DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 262 DISSOLUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 263 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 264 TUTELA ANTECEDENTE 265 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 266 DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 267 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE POSSE 268 DISSOLUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 269 DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 260 DISSOLUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 261 DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 261 DISSOLUÇÃO DE TÓTULO EXTRAJUDICIAL 261 DISSOLUÇÃO DE TÓTULO EXTRAJUDICIAL 262 DISSOLUÇÃO DE TÓTULO EXTRAJUDICIAL 263 PROTESTO 264 PROTESTO 265 PROTESTO FORMADO A BORDO 265 PROTESTO FORMADO A BORDO 265 PROTESTO FORMADO A BORDO 267 PROTESTO FORMAD | 153 | |
| 157 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA 188 HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL 193 PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA 228 EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA CÍVEL 236 OPOSIÇÃO 241 PETIÇÃO CÍVEL 2436 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 248 DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE 1116 EXECUÇÃO FISCAL 117 EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO 1269 HABEAS CORPUS CÍVEL 1294 OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1682 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1683 RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEL 1707 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE 1709 INTERDITO PROVISÓRIO DE DECISÃO 12070 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12070 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12071 BUSCA E APREENSÃO INFRACIONAL 12073 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12074 PEDIDO DE DE SINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA 12075 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12075 PROCEDIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 EXECUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 12087 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12119 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12131 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12135 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12135 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12136 EMBARGOS PARCIALS À AQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12139 CONTESTAÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12224 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPLAÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12228 PROTESTO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12227 INTERPLAÇÃO 12227 INTERPLAÇÃO 12228 PROTESTO FORMADO A BORDO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 122374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL 123375 RECLAMAÇÃO | | |
| HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL 193 PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA 228 EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA CÍVEL 236 OPOSIÇÃO 241 PETIÇÃO CÍVEL 436 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 438 POSCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 439 DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE 1116 EXECUÇÃO FISCAL 1117 EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO 1269 HABEAS CORPUS CÍVEL 1294 OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1682 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1683 RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEL 1707 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE 1709 INTERDITO PROIBITÓRIO 10980 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 12070 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 21071 BUSCA E APREENSÃO INFRACIONAL 12073 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12074 PEDIDO DE DESINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA 12075 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12078 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12086 DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 12087 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12119 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12119 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12131 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12132 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12133 CONTESTAÇÃO EM FORO DIVERSO 12131 EMBARGOS PARCIALS À AÇÃO MONITÓRIA 12154 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO FORMADO A BORDO 12228 PROTESTO FORMADO A BORDO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12237 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL 12375 RECLAMAÇÃO | | |
| PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA 228 EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA CÍVEL 236 OPOSIÇÃO 241 PETIÇÃO CÍVEL 436 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 438 DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE 1116 EXECUÇÃO FISCAL 1117 EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO 1269 HABEAS CORPUS CÍVEL 1294 OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1682 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1683 RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEL 1707 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE 1709 INTERDITO PROIBITÓRIO 12070 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12071 BUSCA E APREENSÃO INFRACIONAL 12072 BUSCA E APREENSÃO INFRACIONAL 12073 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12074 PEDIDO DE DESINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA 12075 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12078 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12086 DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 12087 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÂNCIA 12119 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÂNCIA 12119 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12135 TUTELA ANTECEDENTE 12138 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12139 CONTESTAÇÃO EM FORO DIVERSO 12131 EMBARGOS PARCIAIS À AÇÃO MONITÓRIA 12154 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12251 EMECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12375 RECLAMAÇÃO | | |
| 228 EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA CÍVEL 236 OPOSIÇÃO 241 PETIÇÃO CÍVEL 436 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 436 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 437 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 438 DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE 1116 EXECUÇÃO FISCAL 1117 EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO 1269 HABEAS CORPUS CÍVEL 1294 OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1682 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1683 RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEL 1707 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE 1709 INTERDITO PROIBITÓRIO 10980 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 12070 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12072 BUSCA E APREENSÃO INFRACIONAL 12073 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12074 PEDIDO DE DESINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA 12075 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12078 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12086 DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 12087 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12119 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12119 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12134 TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE 12135 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12136 EMBARGOS PARCIAIS À AÇÃO MONITÓRIA 12151 EMBARGOS PARCIAIS À AÇÃO MONITÓRIA 12152 EMBARGOS PARCIAIS À AÇÃO MONITÓRIA 12153 EMBARGOS PARCIAIS À AÇÃO MONITÓRIA 12154 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO FORMADO A BORDO 12251 EKECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL 12375 RECLAMAÇÃO | | |
| 236 OPOSIÇÃO 241 PETIÇÃO CÍVEL 436 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 436 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 436 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 436 PROCEDIMENTO DE GREVE 4116 EXECUÇÃO FISCAL 4117 EXECUÇÃO FISCAL 4117 EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO 41269 HABEAS CORPUS CÍVEL 41294 OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 41682 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 41683 RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEL 41707 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE 41709 INTERDITO PROIBITÓRIO 410980 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 41070 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 412072 BUSCA E APREENSÃO INFRACIONAL 412073 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 412074 PEDIDO DE DESINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA 412075 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 412076 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 412079 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 412079 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 412119 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 412119 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 412134 TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE 412135 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 412136 REQUERIMENTO DE REINTERGAÇÃO DE POSSE 412139 CONTESTAÇÃO EM FORO DIVERSO 412131 INTERPLAÇÃO 412237 INTERPLAÇÃO 412224 PROTESTO 412225 PROTESTO FORMADO A BORDO 412225 INTERPELAÇÃO 412227 INTERPELAÇÃO 412228 PROTESTO FORMADO A BORDO 412237 INTERPELAÇÃO 412237 INTERPLAÇÃO 412237 INTERPELAÇÃO 412334 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL 412375 RECLAMAÇÃO | | |
| PETIÇÃO CÍVEL 436 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 988 DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE 1116 EXECUÇÃO FISCAL 1117 EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO 1269 HABEAS CORPUS CÍVEL 1294 OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1682 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1683 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1707 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE 1709 INTERDITO PROIBITÓRIO 10980 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 12070 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12072 BUSCA E APREENSÃO INFRACIONAL 12073 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12074 PEDIDO DE DESINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12075 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12076 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12086 DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 12087 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12119 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12119 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12134 TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE 12135 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12136 EMBARGOS PARCIAIS À AÇÃO MONITÓRIA 12151 EMBARGOS PARCIAIS À AÇÃO MONITÓRIA 12152 EMBARGOS PARCIAIS À AÇÃO MONITÓRIA 12153 EMBARGOS PARCIAIS À AÇÃO MONITÓRIA 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO FORMADO A BORDO 12221 INTERPELAÇÃO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12237 INTERPELAÇÃO 122374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL 12375 RECLAMAÇÃO | | |
| PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 988 DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE 1116 EXECUÇÃO FISCAL 1117 EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO 1269 HABEAS CORPUS CÍVEL 1294 OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1682 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1683 RETIFICAÇÃO OE REGISTRO DE IMÓVEL 1707 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE 1709 INTERDITO PROIBITÓRIO 10980 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 12070 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12071 BUSCA E APREENSÃO INFRACIONAL 12073 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12074 PEDIDO DE DESINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA 12075 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12078 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12086 DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 12087 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12119 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12134 TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE 12135 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12136 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12139 CONTESTAÇÃO EM FORO DIVERSO 12153 EMBARGOS PARCIALS À AÇÃO MONITÓRIA 12154 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO FORMADO A BORDO 12251 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL | | |
| DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE 1116 EXECUÇÃO FISCAL 1117 EXECUÇÃO FISCAL 1269 HABEAS CORPUS CÍVEL 1294 OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1682 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1683 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1684 RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEL 1707 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE 1709 INTERDITO PROIBITÓRIO 10980 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 12070 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12072 BUSCA E APREENSÃO INFRACIONAL 12073 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12074 PEDIDO DE DE SINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA 12075 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12078 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12086 DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 10087 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12119 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12134 TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE 12135 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12138 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12139 CONTESTAÇÃO EM FORO DIVERSO 12154 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12251 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL | | |
| 1116 EXECUÇÃO FISCAL 1117 EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO 1269 HABEAS CORPUS CÍVEL 1294 OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1682 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1683 RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEL 1707 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE 1709 INTERDITO PROIBITÓRIO 10980 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 12070 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12072 BUSCA E APREENSÃO INFRACIONAL 12073 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12074 PEDIDO DE DESINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA 12075 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12078 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12086 DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 12087 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12119 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12134 TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE 12135 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12138 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12139 CONTESTAÇÃO EM FORO DIVERSO 12153 EMBARGOS PARCIAIS À AÇÃO MONITÓRIA 12154 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12251 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL | | |
| 1117 EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO 1269 HABEAS CORPUS CÍVEL 1294 OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1682 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1683 RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEL 1707 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE 1709 INTERDITO PROIBITÓRIO 10980 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 12070 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12071 BUSCA E APREENSÃO INFRACIONAL 12073 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12074 PEDIDO DE DESINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA 12075 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12078 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12086 DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 12087 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12119 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12134 TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE 12135 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12138 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12139 CONTESTAÇÃO EM FORO DIVERSO 12154 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12226 NOTIETICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12251 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL | | |
| 1269 HABEAS CORPUS CÍVEL 1294 OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1682 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1683 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1707 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE 1709 INTERDITO PROBITÓRIO 10980 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 12070 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12072 BUSCA E APREENSÃO INFRACIONAL 12073 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12074 PEDIDO DE DESINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA 12075 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12078 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12086 DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 12087 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12119 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12134 TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE 12135 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12138 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12139 CONTESTAÇÃO EM FORO DIVERSO 12153 EMBARGOS PARCIAIS À AÇÃO MONITÓRIA 12154 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12251 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL | | EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO |
| 1294 OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 1682 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 1683 RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEL 1707 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE 1709 INTERDITO PROIBITÓRIO 10980 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 12070 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12071 BUSCA E APREENSÃO INFRACIONAL 12073 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12074 PEDIDO DE DESINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA 12075 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12078 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12086 DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 12087 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12119 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12134 TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE 12135 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12138 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12139 CONTESTAÇÃO EM FORO DIVERSO 12153 EMBARGOS PARCIAIS À AÇÃO MONITÓRIA 12154 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12221 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL | | |
| 1683 RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEL 1707 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE 1709 INTERDITO PROIBITÓRIO 10980 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 12070 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12072 BUSCA E APREENSÃO INFRACIONAL 12073 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12074 PEDIDO DE DESINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA 12075 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12078 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12086 DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 12087 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12119 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12134 TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE 12135 TUTELA ANTECEDENTE 12138 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12139 CONTESTAÇÃO EM FORO DIVERSO 12153 EMBARGOS PARCIAIS À AÇÃO MONITÓRIA 12154 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12229 PROTESTO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12251 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL 12375 RECLAMAÇÃO | | |
| 1707 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE 1709 INTERDITO PROIBITÓRIO 10980 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 12070 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12072 BUSCA E APREENSÃO INFRACIONAL 12073 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12074 PEDIDO DE DESINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA 12075 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12078 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12086 DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 12087 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12119 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12134 TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE 12135 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12138 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12139 CONTESTAÇÃO EM FORO DIVERSO 12153 EMBARGOS PARCIAIS À AÇÃO MONITÓRIA 12154 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12229 PROTESTO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12251 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL | 1682 | RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL |
| 1709 INTERDITO PROIBITÓRIO 10980 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 12070 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12072 BUSCA E APREENSÃO INFRACIONAL 12073 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12074 PEDIDO DE DESINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA 12075 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12078 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12086 DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 12087 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12119 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12134 TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE 12135 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12138 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12139 CONTESTAÇÃO EM FORO DIVERSO 12153 EMBARGOS PARCIAIS À AÇÃO MONITÓRIA 12154 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12251 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL 12375 RECLAMAÇÃO | 1683 | |
| 10980 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO 12070 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12072 BUSCA E APREENSÃO INFRACIONAL 12073 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12074 PEDIDO DE DESINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA 12075 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12078 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12086 DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 12087 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12119 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12134 TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE 12135 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12138 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12139 CONTESTAÇÃO EM FORO DIVERSO 12153 EMBARGOS PARCIAIS À AÇÃO MONITÓRIA 12154 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12251 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL | | |
| 12070 PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO 12072 BUSCA E APREENSÃO INFRACIONAL 12073 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12074 PEDIDO DE DESINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA 12075 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12078 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12086 DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 12087 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12119 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12134 TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE 12135 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12138 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12139 CONTESTAÇÃO EM FORO DIVERSO 12153 EMBARGOS PARCIAIS À AÇÃO MONITÓRIA 12154 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12251 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL | | |
| 12072 BUSCA E APREENSÃO INFRACIONAL 12073 INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12074 PEDIDO DE DESINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA 12075 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12078 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12086 DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 12087 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12119 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12134 TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE 12135 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12138 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12139 CONTESTAÇÃO EM FORO DIVERSO 12153 EMBARGOS PARCIAIS À AÇÃO MONITÓRIA 12154 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12251 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL | | |
| INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 12074 PEDIDO DE DESINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA 12075 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12078 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12086 DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 12087 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12119 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12134 TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE 12135 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12138 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12139 CONTESTAÇÃO EM FORO DIVERSO 12153 EMBARGOS PARCIAIS À AÇÃO MONITÓRIA 12154 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12251 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL | | |
| 12074 PEDIDO DE DESINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE MEDIDA 12075 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12078 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12086 DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 12087 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12119 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12134 TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE 12135 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12138 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12139 CONTESTAÇÃO EM FORO DIVERSO 12153 EMBARGOS PARCIAIS À AÇÃO MONITÓRIA 12154 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12251 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL | | |
| MEDIDA 12075 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12078 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12086 DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 12087 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12119 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12134 TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE 12135 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12138 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12139 CONTESTAÇÃO EM FORO DIVERSO 12153 EMBARGOS PARCIAIS À AÇÃO MONITÓRIA 12154 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12251 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL | | INTERNAÇÃO PROVISORIA |
| 12075 PROCEDIMENTO CONCILIATÓRIO 12078 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12086 DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 12087 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12119 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12134 TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE 12135 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12138 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12139 CONTESTAÇÃO EM FORO DIVERSO 12153 EMBARGOS PARCIAIS À AÇÃO MONITÓRIA 12154 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12251 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL | 12074 | PEDIDO DE DESINTERNAÇÃO/REAVALIAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/SUSPENSÃO DE |
| 12078 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12079 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12086 DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 12087 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12119 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12134 TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE 12135 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12138 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12139 CONTESTAÇÃO EM FORO DIVERSO 12153 EMBARGOS PARCIAIS À AÇÃO MONITÓRIA 12154 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12251 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL | 42075 | |
| 12079 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 12086 DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 12087 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12119 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12134 TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE 12135 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12138 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12139 CONTESTAÇÃO EM FORO DIVERSO 12153 EMBARGOS PARCIAIS À AÇÃO MONITÓRIA 12154 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12251 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL | | |
| 12086 DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 12087 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12119 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12134 TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE 12135 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12138 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12139 CONTESTAÇÃO EM FORO DIVERSO 12153 EMBARGOS PARCIAIS À AÇÃO MONITÓRIA 12154 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12251 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL | | |
| 12087 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 12119 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12134 TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE 12135 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12138 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12139 CONTESTAÇÃO EM FORO DIVERSO 12153 EMBARGOS PARCIAIS À AÇÃO MONITÓRIA 12154 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12251 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL | | |
| 12119 INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA 12134 TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE 12135 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12138 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12139 CONTESTAÇÃO EM FORO DIVERSO 12153 EMBARGOS PARCIAIS À AÇÃO MONITÓRIA 12154 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12251 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL | | |
| 12134 TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE 12135 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12138 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12139 CONTESTAÇÃO EM FORO DIVERSO 12153 EMBARGOS PARCIAIS À AÇÃO MONITÓRIA 12154 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12251 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL | | |
| 12135 TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE 12138 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12139 CONTESTAÇÃO EM FORO DIVERSO 12153 EMBARGOS PARCIAIS À AÇÃO MONITÓRIA 12154 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12251 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL | | |
| 12138 REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE 12139 CONTESTAÇÃO EM FORO DIVERSO 12153 EMBARGOS PARCIAIS À AÇÃO MONITÓRIA 12154 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12251 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL 12375 RECLAMAÇÃO | | |
| 12139 CONTESTAÇÃO EM FORO DIVERSO 12153 EMBARGOS PARCIAIS À AÇÃO MONITÓRIA 12154 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12251 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL 12375 RECLAMAÇÃO | | |
| 12153 EMBARGOS PARCIAIS À AÇÃO MONITÓRIA 12154 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12251 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL 12375 RECLAMAÇÃO | | |
| 12154 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12251 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL 12375 RECLAMAÇÃO | | |
| 12226 NOTIFICAÇÃO 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12251 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL 12375 RECLAMAÇÃO | | |
| 12227 INTERPELAÇÃO 12228 PROTESTO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12251 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL 12375 RECLAMAÇÃO | | |
| 12228 PROTESTO 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12251 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL 12375 RECLAMAÇÃO | | |
| 12229 PROTESTO FORMADO A BORDO 12251 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL 12375 RECLAMAÇÃO | | |
| 12251 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CEJUSC 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL 12375 RECLAMAÇÃO | | |
| 12374 HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL 12375 RECLAMAÇÃO | | |
| 12375 RECLAMAÇÃO | | |
| 12376 REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA | | |
| | 12376 | REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA |

ISSN 1677-7042

ANEXO V

| Código | Classe |
|--------|---|
| 64 | AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA |
| 65 | AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL |
| 66 | AÇÃO POPULAR |
| 156 | CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (ORIUNDAS DAS CLASSES 64, 65 E 66) |
| 157 | CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA (ORIUNDAS DAS CLASSES 64, 65 E |

ANEXO VI

| 332 INCIDENTE DE FALSIDADE |
|--|
| 332 INCIDENTE DE TAESIDADE |
| 333 INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO |
| 1719 AVALIAÇÃO PARA ATESTAR A DEPENDÊNCIA DE DROGAS |
| 1727 PETIÇÃO CRIMINAL |
| 11788 EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA CRIMINAL |
| 11793 PRODUÇÃO ANTECIPADA PROVAS CRIMINAL |
| 11798 PROCESSO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA DE SEGURANÇA POR FATO NÃ |
| CRIMINOSO |
| 12728 TRANSFERÊNCIA ENTRE ESTABELECIMENTOS PENAIS |

ANEXO VII

| Código | Classe |
|--------|--|
| 305 | LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA |
| 307 | HABEAS CORPUS CRIMINAL |
| 326 | RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS |
| 327 | EMBARGOS DE TERCEIRO CRIMINAL |
| 419 | CORREIÇÃO PARCIAL CRIMINAL |
| 428 | REVISÃO CRIMINAL |
| 1291 | REABILITAÇÃO |
| 1710 | MANDADO DE SEGURANÇA CRIMINAL |
| 1715 | EMBARGOS DO ACUSADO |

| Λ Λ | IFXO | 1/111 |
|-----|------|-------|
| | | |

| | | ANEXO VIII | |
|---|--|---|--|
| | PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL | | |
| | OU SEÇÃO JUDICIÁRIA | | |
| | N/ | L CRIMINAL NEGATIVA | ultando os sistemas processuais |
| abaixo ind CRIMINAIS | licados, NÃO CONS contra: | STAM, até a presente data | ultando os sistemas processuais a e hora, PROCESSOS de classes |
| | OU | (nome) | |
| | Observações: | | (data e hora de Brasília) |
| REGIÃO (i www.sjXX. o titular o o nome i devendo a | dias, por qualquer ou da SEÇÃO JUI jus.br), por meio d b) A pesquisa real u seu eventual esp c) Nos casos do § ndicado para a co titularidade ser co d) Certidão expedi Resolução n. 680/2 | interessado no site do TRIB DICIÁRIA DE, o código de validação abaix izada com base no CPF infor ólio figure como parte; 1º do art. 4º da Resolução e nsulta será de responsabili onferida pelo interessado e ida gratuitamente e nos teri 020 do CJF; | rmado abrange processos em que n. 680/2020 (CPF não informado), dade do solicitante da certidão, |
| Brasília): | Tribunal Regional | Federal da ª Região ou | Seção Judiciária (Sistema |
| | | , às:: AÇÃO: ão NEGATIVA com rol: IAL FEDERAL DA _ª REGIÃO DO L CRIMINAL NEGATIVA a forma da lei, que, cons | ultando os sistemas processuais |
| CRIMINAIS | com condenação | transitada em julgado contr (nome) | n e hora, PROCESSOS de classes ra: |
| Resolução acima indi | CPF/CNPJ n CERTIFICAMOS, ai CJF n. 680/2020, co | nda, que, nos termos da F onsta a distribuição dos seg | Resolução CNJ n. 121/2010 e da uintes feitos em nome ou no CPF |
| Número Número | | Classe Classe | Juízo Juízo |
| REGIÃO (| dias, por qualquer | interessado no site do TRIE | ser verificada, no prazo de 90 BUNAL REGIONAL FEDERAL DA ª |
| o nome indevendo a 121/2010 Brasília): Processual abaixo indicom condo Resolução | jus.br), por meio d b) A pesquisa real u seu eventual esp c) Nos casos do § ndicado para a co i titularidade ser cc d) Certidão expe e da Resolução CJF e) Certidão emitid Tribunal Regional I | o código de validação abaixizada com base no CPF inforólio figure como parte; 1º do art. 4º da Resolução insulta será de responsabilionferida pelo interessado e idida gratuitamente e nos in. 680/2020; la em consulta às seguintes Federal da _ª Região ou Seçi _/, às: _: AÇÃO: ão POSITIVA: DO LAL FEDERAL DA _ª REGIÃO LAL CRIMINAL POSITIVA a forma da lei, que, consaté a presente data e hora, em julgado contra: (nome) (nome) (nome) | endereço www.trfX.jus.br/ (ou co; rmado abrange processos em que n. 680/2020 (CPF não informado), dade do solicitante da certidão, |
| o nome indevendo a 121/2010 Brasília): Processual abaixo indicom condo | jus.br), por meio d b) A pesquisa real u seu eventual esp c) Nos casos do § ndicado para a co i titularidade ser cc d) Certidão expe e da Resolução CJF e) Certidão emitid Tribunal Regional I | o código de validação abaixizada com base no CPF inforólio figure como parte; 1º do art. 4º da Resolução insulta será de responsabilionferida pelo interessado e idida gratuitamente e nos in. 680/2020; la em consulta às seguintes Federal da _ª Região ou Seçi _/, às: _: AÇÃO: ão POSITIVA: DO LAL FEDERAL DA _ª REGIÃO LAL CRIMINAL POSITIVA a forma da lei, que, consaté a presente data e hora, em julgado contra: (nome) (nome) (nome) | endereço www.trfX.jus.br/ (ou co; rmado abrange processos em que n. 680/2020 (CPF não informado), dade do solicitante da certidão, destinatário; s termos da Resolução CNJ n. bases de dados (data e hora de ão Judiciária (Sistema ultando os sistemas processuais PROCESSOS de classes CRIMINAIS |
| o nome in devendo a 121/2010 Brasília): Processual abaixo indicom condo com condo acima indi | jus.br), por meio d b) A pesquisa real u seu eventual esp c) Nos casos do § ndicado para a co i titularidade ser co d) Certidão expe e da Resolução CJF e) Certidão emitid Tribunal Regional | o código de validação abaixizada com base no CPF inforólio figure como parte; 1º do art. 4º da Resolução insulta será de responsabilionferida pelo interessado e inferida pelo interessado e inferida pelo interessado e incidida gratuitamente e nos incididad | endereço www.trfX.jus.br/ (ou co; rmado abrange processos em que n. 680/2020 (CPF não informado), dade do solicitante da certidão, destinatário; s termos da Resolução CNJ n. bases de dados (data e hora de ao Judiciária (Sistema ultando os sistemas processuais PROCESSOS de classes CRIMINAIS Resolução CNJ n. 121/2010 e da uintes feitos em nome ou no CPF |
| o nome in devendo a 121/2010 Brasília): Processual abaixo indicom condicom | jus.br), por meio d b) A pesquisa real u seu eventual esp c) Nos casos do § ndicado para a co i titularidade ser co d) Certidão expe e da Resolução CIF e) Certidão DE VALID 3) Texto da certid PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL TRIBUNAL REGION OU SEÇÃO JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL TRIBUNAL REGION OU CERTIFICAMOS, na icados, CONSTAM, senação transitada e OU CPF/CNPJ n. CERTIFICAMOS, na icados, CONSTAM, senação transitada e OU CPF/CNPJ n. CERTIFICAMOS, na icados, CONSTAM, senação transitada e OU CPF/CNPJ n. CERTIFICAMOS, na icados, CONSTAM, senação transitada e OU CPF/CNPJ n. CERTIFICAMOS, na icados, CONSTAM, senação transitada e OU CPF/CNPJ n. CERTIFICAMOS, na icados, CONSTAM, senação transitada e OU CPF/CNPJ n. CERTIFICAMOS, na icados, CONSTAM, senação transitada e OU CPF/CNPJ n. CERTIFICAMOS, na icados, CONSTAM, senação transitada e OU CPF/CNPJ n. CERTIFICAMOS, na icados, CONSTAM, senação transitada e OU CPF/CNPJ n. CERTIFICAMOS, na icados, CONSTAM, senação transitada e OU CPF/CNPJ n. CERTIFICAMOS, na icados, CONSTAM, senação transitada e OU CPF/CNPJ n. CERTIFICAMOS, na icados, CONSTAM, senação transitada e OU CPF/CNPJ n. CERTIFICAMOS, na icados, CONSTAM, senação transitada e OU CPF/CNPJ n. CERTIFICAMOS, na icados, CONSTAM, senação transitada e OU CPF/CNPJ n. CERTIFICAMOS, na icados, CONSTAM, senação transitada e OU CPF/CNPJ n. CERTIFICAMOS, na icados, CONSTAM, senação transitada e OU CPF/CNPJ n. CERTIFICAMOS, na icados, CONSTAM, senação transitada e OU CPF/CNPJ n. CERTIFICAMOS, na icados, CONSTAM, senação transitada e OU CPF/CNPJ n. CERTIFICAMOS, na icados, CONSTAM, senação transitada e OU CPF/CNPJ n. CERTIFICAMOS, na icados, CONSTAM, senação transitada e OU CPF/CNPJ n. CERTIFICAMOS, na icados, CONSTAM, senação transitada e OU CPF/CNPJ n. A senação tran | o código de validação abaixizada com base no CPF inforólio figure como parte; 1º do art. 4º da Resolução insulta será de responsabilio inferida pelo interessado e didida gratuitamente e nos in. 680/2020; la em consulta às seguintes Federal da _² Região ou Seçi /, às: AÇÃO: | endereço www.trfX.jus.br/ (ou co; rmado abrange processos em que n. 680/2020 (CPF não informado), dade do solicitante da certidão, destinatário; termos da Resolução CNJ n. bases de dados (data e hora de ão Judiciária (Sistema au Judiciária (Sistema |

ANEXO IX

| | 1) Texto da certidão PODER JUDICIÁRIO | o cível sem rol: | | |
|--|--|---|---|--|
| | | L FEDERAL DA _a REGI | ÃO | |
| | OU SEÇÃO JUDICIÁRIA E CERTIDÃO JUDICIAL | | | |
| | icados, NÃO CONSTAI | | onsultando os sistemas processuais e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS | |
| em tramit | ação contra: | (nome) | | |
| | OU CPF/CNPJ n. | · · · · · · · · · · · · · · · · · · · | _: (data e hora de Brasília) | |
| | Observações: | | rá ser verificada, no prazo de 90 | |
| | dias, por qualquer in | nteressado no site do | TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA _= , endereço www.trfX.jus.br/ (ou | |
| www.sjXX. | jus.br), por meio do b) A pesquisa realiza | código de validação al ada com base no CPF i | | |
| | c) Nos casos do § 19 | | ão n. 680/2020 (CPF não informado), | |
| | titularidade ser con | ferida pelo interessado | abilidade do solicitante da certidão, o e destinatário; nos termos da Resolução CNJ n. | |
| 121/2010 | e da Resolução CJF r | n. 680/2020; | ntes bases de dados (data e hora de | |
| Brasília): | | | o ou Seção Judiciária (Sistema | |
| Processual | CODIGO DE VALIDA | ÇÃO: . | | |
| | Texto da certidão PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL | o civei com roi: | | |
| | | L FEDERAL DA _a REGI | ÃO | |
| | SEÇÃO JUDICIÁRIA E CERTIDÃO JUDICIAL | | | |
| ahaiyo ind | | | onsultando os sistemas processuais ora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em | |
| tramitação | contra: | (nome) | ora, PROCESSOS de classes civels em | |
| | OU CPF/CNPJ n. | | | |
| Número | Rol de processos er | ncontrados na pesquisa Classe | Juízo | |
| Número | | Classe | Juízo | |
| | Certidão emitida em Observações: | n:/, às:_ | _: (data e hora de Brasília) | |
| (noventa) | a) A autenticidade dias, por qualquer in | nteressado no site do | rá ser verificada, no prazo de 90 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA _ª | |
| REGIÃO (www.sjXX. | | |), endereço www.trfX.jus.br/ (ou baixo; | |
| o titular o | u seu eventual espól | io figure como parte; | nformado abrange processos em que ão n. 680/2020 (CPF não informado), | |
| o nomo i | | - uo art. 4- ua nesolut | | |
| | ndicado para a cons | sulta será de responsa | abilidade do solicitante da certidão, | |
| devendo a | ndicado para a cons titularidade ser con | sulta será de responsa ferida pelo interessado ida gratuitamente e | abilidade do solicitante da certidão, | |
| devendo a | ndicado para a cons titularidade ser con d) Certidão expedi e da Resolução CJF r e) Certidão emitida | sulta será de responsa ferida pelo interessado ida gratuitamente e n. 680/2020; em consulta às seguir | abilidade do solicitante da certidão, o e destinatário; nos termos da Resolução CNJ n. ntes bases de dados (data e hora de | |
| devendo a 121/2010 Brasília): | ndicado para a cons titularidade ser con d) Certidão expedi e da Resolução CJF r e) Certidão emitida Tribunal Regional | sulta será de responsa ferida pelo interessado ida gratuitamente e n. 680/2020; em consulta às seguir Federal da ª Região | abilidade do solicitante da certidão, o e destinatário; nos termos da Resolução CNJ n. | |
| devendo a 121/2010 Brasília): | ndicado para a cons titularidade ser con d) Certidão expedi e da Resolução CJF r e) Certidão emitida | sulta será de responsa ferida pelo interessado ida gratuitamente e n. 680/2020; em consulta às seguir Federal da _ª Região /, às: ÇÃO: | abilidade do solicitante da certidão, o e destinatário; nos termos da Resolução CNJ n. ntes bases de dados (data e hora de | |
| devendo a 121/2010 Brasília): | ndicado para a cons titularidade ser con d) Certidão expedi e da Resolução CJF r e) Certidão emitida Tribunal Regional | sulta será de responsa ferida pelo interessado ida gratuitamente e n. 680/2020; em consulta às seguir Federal da ª Região | abilidade do solicitante da certidão, o e destinatário; nos termos da Resolução CNJ n. entes bases de dados (data e hora de o ou Seção Judiciária (Sistema | |
| devendo a 121/2010 Brasília): | ndicado para a cons titularidade ser con d) Certidão expedi e da Resolução CJF r e) Certidão emitida Tribunal Regional até ODIGO DE VALIDAG 1) Texto da certidão PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL | sulta será de responsa ferida pelo interessado ida gratuitamente e n. 680/2020; em consulta às seguir Federal da _ª Região /, às:: ÇÃO: ANEXO X | abilidade do solicitante da certidão, o e destinatário; nos termos da Resolução CNJ n. entes bases de dados (data e hora de o ou Seção Judiciária (Sistema em rol: | |
| devendo a 121/2010 Brasília): | ndicado para a cons titularidade ser com d) Certidão expedi e da Resolução CJF r e) Certidão emitida Tribunal Regional) até / CÓDIGO DE VALIDAG 1) Texto da certidão PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL TRIBUNAL REGIONA OU | sulta será de responsa ferida pelo interessado ida gratuitamente e n. 680/2020; em consulta às seguir Federal da _ª Região /, às: ÇÃO: ANEXO X o para fins eleitorais so L FEDERAL DA _ª REGI | abilidade do solicitante da certidão, o e destinatário; nos termos da Resolução CNJ n. entes bases de dados (data e hora de o ou Seção Judiciária (Sistema em rol: | |
| devendo a 121/2010 Brasília): | ndicado para a cons titularidade ser com d) Certidão expedi e da Resolução CJF r e) Certidão emitida Tribunal Regional) até / CÓDIGO DE VALIDAG 1) Texto da certidão PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL TRIBUNAL REGIONA OU SEÇÃO JUDICIÁRIA E | sulta será de responsa ferida pelo interessado ida gratuitamente e n. 680/2020; em consulta às seguir Federal da _ª Região /, às: ÇÃO: ANEXO X o para fins eleitorais so L FEDERAL DA _ª REGI | abilidade do solicitante da certidão, o e destinatário; nos termos da Resolução CNJ n. entes bases de dados (data e hora de o ou Seção Judiciária (Sistema em rol: | |
| devendo a 121/2010 Brasília): Processual | ndicado para a cons titularidade ser con d) Certidão expedi e da Resolução CJF r e) Certidão emitida Tribunal Regional) até // CÓDIGO DE VALIDAG 1) Texto da certidão PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL TRIBUNAL REGIONA OU SEÇÃO JUDICIÁRIA E CERTIDÃO JUDICIAL N. // CERTIFICAMOS, na icados, NÃO CONSTA nelegibilidade contra: | sulta será de responsa ferida pelo interessado ida gratuitamente e n. 680/2020; em consulta às seguir Federal da _ª Região /, às:: ÇÃO: ANEXO X o para fins eleitorais so L FEDERAL DA _ª REGI DO PARA FINS ELEITORAIS forma da lei, que, coud, até a presente dat | abilidade do solicitante da certidão, o e destinatário; nos termos da Resolução CNJ n. entes bases de dados (data e hora de o ou Seção Judiciária (Sistema em rol: | |
| devendo a 121/2010 Brasília): Processual | ndicado para a cons titularidade ser con d) Certidão expedi e da Resolução CJF r e) Certidão emitida Tribunal Regional) até / CÓDIGO DE VALIDAG 1) Texto da certidão PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL TRIBUNAL REGIONA OU SEÇÃO JUDICIÁRIA E CERTIDÃO JUDICIAL N/ CERTIFICAMOS, na icados, NÃO CONSTA nelegibilidade contra: | sulta será de responsa ferida pelo interessado ida gratuitamente e n. 680/2020; em consulta às seguir Federal da _ª Região /, às:: ÇÃO: ANEXO X o para fins eleitorais so L FEDERAL DA _ª REGI DO PARA FINS ELEITORAIS forma da lei, que, c M, até a presente dat | abilidade do solicitante da certidão, o e destinatário; nos termos da Resolução CNJ n. entes bases de dados (data e hora de o ou Seção Judiciária (Sistema em rol: | |
| devendo a 121/2010 Brasília): Processual | ndicado para a cons titularidade ser com d) Certidão expedi e da Resolução CJF r e) Certidão emitida Tribunal Regional) até / CÓDIGO DE VALIDAG 1) Texto da certidão PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL TRIBUNAL REGIONA OU SEÇÃO JUDICIÁRIA E CERTIDÃO JUDICIAL N. / CERTIFICAMOS, na icados, NÃO CONSTA nelegibilidade contra: OU CPF/CNPJ n. Certidão emitida en | sulta será de responsa ferida pelo interessado ida gratuitamente e n. 680/2020; em consulta às seguir Federal da _a Região /, às:: ANEXO X D para fins eleitorais so L FEDERAL DA _a REGI DO PARA FINS ELEITORAIS forma da lei, que, c M, até a presente dat i (nome) | abilidade do solicitante da certidão, o e destinatário; nos termos da Resolução CNJ n. entes bases de dados (data e hora de o ou Seção Judiciária (Sistema em rol: | |
| devendo a 121/2010 Brasília): Processual abaixo ind de gerar i | ndicado para a cons titularidade ser con d) Certidão expedi e da Resolução CJF r e) Certidão emitida Tribunal Regional) até / | sulta será de responsa ferida pelo interessado ida gratuitamente e n. 680/2020; em consulta às seguir Federal da _a Região /, às:: | abilidade do solicitante da certidão, o e destinatário; nos termos da Resolução CNJ n. entes bases de dados (data e hora de o ou Seção Judiciária (Sistema em rol: ÃO Solonsultando os sistemas processuais ca e hora, PROCESSOS com potencial —: (data e hora de Brasília) rá ser verificada, no prazo de 90 | |
| devendo a 121/2010 Brasília): Processual abaixo ind de gerar i | ndicado para a cons titularidade ser con d) Certidão expedie da Resolução CJF r e) Certidão emitida Tribunal Regional a ha de la | sulta será de responsa ferida pelo interessado ida gratuitamente e n. 680/2020; em consulta às seguir Federal da _ª Região /, às:: ANEXO X D para fins eleitorais so L FEDERAL DA _ª REGI DO PARA FINS ELEITORAIS forma da lei, que, c nM, até a presente dat i (nome) desta certidão pode ateressado no site do | abilidade do solicitante da certidão, o e destinatário; nos termos da Resolução CNJ n. entes bases de dados (data e hora de o ou Seção Judiciária (Sistema em rol: ÃO Sonsultando os sistemas processuais a e hora, PROCESSOS com potencial —: (data e hora de Brasília) rá ser verificada, no prazo de 90 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA _3 _), endereço www.trfX.jus.br/ (ou | |
| devendo a 121/2010 Brasília): Processual abaixo ind de gerar in (noventa) REGIÃO (www.sjXX. | ndicado para a cons titularidade ser com d) Certidão expedi e da Resolução CJF r e) Certidão emitida Tribunal Regional a até | culta será de responsa ferida pelo interessado ida gratuitamente e n. 680/2020; em consulta às seguir Federal da _a Região /, às: ÇÃO: ANEXO X D para fins eleitorais so L FEDERAL DA _a REGI DO PARA FINS ELEITORAIS forma da lei, que, c n, às: (nome) desta certidão pode nteressado no site do DICIÁRIA DE código de validação al ada com base no CPF in lio figure como parte; | abilidade do solicitante da certidão, o e destinatário; nos termos da Resolução CNJ n. entes bases de dados (data e hora de o ou Seção Judiciária (Sistema em rol: ÃO Sonsultando os sistemas processuais a e hora, PROCESSOS com potencial —: (data e hora de Brasília) rá ser verificada, no prazo de 90 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA _3 _2), endereço www.trfX.jus.br/ (ou baixo; informado abrange processos em que | |
| devendo a 121/2010 Brasília): Processual abaixo ind de gerar in (noventa) REGIÃO (www.sjXX. o titular o o nome in | ndicado para a cons titularidade ser con d) Certidão expedi e da Resolução CJF r e) Certidão emitida Tribunal Regional a ha a | culta será de responsa ferida pelo interessado ida gratuitamente e n. 680/2020; em consulta às seguir Federal da _ª Região /, às:: | abilidade do solicitante da certidão, o e destinatário; nos termos da Resolução CNJ n. entes bases de dados (data e hora de o ou Seção Judiciária (Sistema em rol: ÃO Solonsultando os sistemas processuais a e hora, PROCESSOS com potencial em rol: —: (data e hora de Brasília) rá ser verificada, no prazo de 90 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA _² _² _² _² _² _² _² _² _² _² _² _² _² | |
| devendo a 121/2010 Brasília): Processual abaixo ind de gerar in (noventa) REGIÃO (www.sjXX. o titular o o nome in devendo a | ndicado para a constitularidade ser cond) Certidão expedie da Resolução CJF re) Certidão emitida Tribunal Regional and a ser condituda e da Seção JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL TRIBUNAL REGIONA OU SEÇÃO JUDICIÁRIA E CERTIDÃO JUDICIAL N / CERTIFICAMOS, na icados, NÃO CONSTA nelegibilidade contra: OU CPF/CNPJ n. Certidão emitida em Observações: a) A autenticidade dias, por qualquer in ou da SEÇÃO JUDICIÁRIO DI CONSTA nelegibilidade contra: OU CPF/CNPJ n. Certidão emitida em Observações: a) A autenticidade dias, por qualquer in ou da SEÇÃO JUDICIÁRIO DI CONSTA nelegibilidade contra: OU CPF/CNPJ n. Certidão emitida em Observações: a) A autenticidade dias, por qualquer in ou da SEÇÃO JUDICIÁRIO dias, por qualquer in ou da SEÇÃO JU | sulta será de responsa ferida pelo interessado ida gratuitamente e n. 680/2020; em consulta às seguir Federal da _ª Região /, às: CÃO: ANEXO X Do para fins eleitorais so L FEDERAL DA _ª REGI DO PARA FINS ELEITORAIS forma da lei, que, c uM, até a presente dat [nome] desta certidão pode nteressado no site do DICIÁRIA DE código de validação al ada com base no CPF in iso figure como parte; le do art. 4º da Resoluç sulta será de responsa ferida pelo interessado ida gratuitamente e | abilidade do solicitante da certidão, o e destinatário; nos termos da Resolução CNJ n. entes bases de dados (data e hora de o ou Seção Judiciária (Sistema em rol: ÃO Solonsultando os sistemas processuais a e hora, PROCESSOS com potencial em rol: —: (data e hora de Brasília) rá ser verificada, no prazo de 90 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA _² _² _² _² _² _² _² _² _² _² _² _² _² | |
| devendo a 121/2010 Brasília): Processual abaixo ind de gerar in (noventa) REGIÃO (www.sjXX. o titular o o nome in devendo a 121/2010 | ndicado para a constitularidade ser com d) Certidão expedie da Resolução CJF r e) Certidão emitida Tribunal Regional até | culta será de responsa ferida pelo interessado ida gratuitamente e n. 680/2020; em consulta às seguir Federal da _a Região /, às: ÇÃO: ANEXO X D para fins eleitorais so L FEDERAL DA _a REGI DO PARA FINS ELEITORAIS forma da lei, que, c n, às:_ desta certidão pode nteressado no site do DICIÁRIA DE código de validação al ada com base no CPF in lio figure como parte; do art. 4º da Resoluç isulta será de responsa ferida pelo interessado ida gratuitamente e n. 680/2020; em consulta às seguir | abilidade do solicitante da certidão, o e destinatário; nos termos da Resolução CNJ n. entes bases de dados (data e hora de o ou Seção Judiciária (Sistema em rol: ÃO Sonsultando os sistemas processuais a e hora, PROCESSOS com potencial —: (data e hora de Brasília) rá ser verificada, no prazo de 90 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA _3 _2), endereço www.trfX.jus.br/ (ou baixo; nformado abrange processos em que gão n. 680/2020 (CPF não informado), abilidade do solicitante da certidão, o e destinatário; nos termos da Resolução CNJ n. entes bases de dados (data e hora de lates a certidão de destinatário; nos termos da Resolução CNJ n. entes bases de dados (data e hora de lates a certidão de destinatário; nos termos da Resolução CNJ n. entes bases de dados (data e hora de lates a certidão de lates a certidão de lates bases de dados (data e hora de lates a certidão de lates a certidão de lates a certidão de lates bases de dados (data e hora de lates a certidão de lates a certidão de lates bases de dados (data e hora de lates a certidão de lates a certidão de lates bases de dados (data e hora de lates a certidão de la certidão de lates a certidão de lates a certidão de lates a certidão de la certidão de lates a certidão de lates a certidão de la certidão de la certidão de lates a certidão de la certidão de lates a certidão de la certidão de late | |
| devendo a 121/2010 Brasília): Processual abaixo ind de gerar in (noventa) REGIÃO (www.sjXX. o titular o o nome in devendo a 121/2010 Brasília): | ndicado para a constitularidade ser cond) Certidão expedie da Resolução CJF re) Certidão emitida Tribunal Regional de | sulta será de responsa ferida pelo interessado ida gratuitamente e n. 680/2020; em consulta às seguir Federal da _a Região /, às: CÃO: ANEXO X Do para fins eleitorais so DO PARA FINS ELEITORAIS forma da lei, que, c n, até a presente dat | abilidade do solicitante da certidão, o e destinatário; nos termos da Resolução CNJ n. etes bases de dados (data e hora de o ou Seção Judiciária (Sistema em rol: ÃO Solonsultando os sistemas processuais a e hora, PROCESSOS com potencial —: (data e hora de Brasília) rá ser verificada, no prazo de 90 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA _3 _2, endereço www.trfX.jus.br/ (ou baixo; informado abrange processos em que año n. 680/2020 (CPF não informado), abilidade do solicitante da certidão, o e destinatário; nos termos da Resolução CNJ n. etes bases de dados (data e hora de ou Seção Judiciária | |
| devendo a 121/2010 Brasília): Processual abaixo ind de gerar in (noventa) REGIÃO (www.sjXX. o titular o o nome in devendo a 121/2010 Brasília): | ndicado para a constitularidade ser cond) Certidão expedie da Resolução CJF re) Certidão emitida Tribunal Regional para para para para para para para pa | sulta será de responsa ferida pelo interessado ida gratuitamente e n. 680/2020; em consulta às seguir Federal da _a Região /, às: CÃO: ANEXO X Do para fins eleitorais so DO PARA FINS ELEITORAIS forma da lei, que, c n, até a presente dat | abilidade do solicitante da certidão, o e destinatário; nos termos da Resolução CNJ n. entes bases de dados (data e hora de o ou Seção Judiciária (Sistema em rol: ÃO Solonsultando os sistemas processuais a e hora, PROCESSOS com potencial em rol: —: (data e hora de Brasília) rá ser verificada, no prazo de 90 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA _a _a _a _b, endereço www.trfX.jus.br/ (ou baixo; nformado abrange processos em que año n. 680/2020 (CPF não informado), abilidade do solicitante da certidão, o e destinatário; nos termos da Resolução CNJ n. entes bases de dados (data e hora de ou Seção Judiciária | |
| devendo a 121/2010 Brasília): Processual abaixo ind de gerar in (noventa) REGIÃO (www.sjXX. o titular o o nome in devendo a 121/2010 Brasília): | ndicado para a constitularidade ser cond) Certidão expedie da Resolução CJF re) Certidão emitida Tribunal Regional and a ser condo a ser | sulta será de responsa ferida pelo interessado ida gratuitamente e n. 680/2020; em consulta às seguir Federal da _ª Região /, às: CAO: ANEXO X Do para fins eleitorais so L FEDERAL DA _ª REGI DO PARA FINS ELEITORAIS forma da lei, que, c uM, até a presente dat | abilidade do solicitante da certidão, o e destinatário; nos termos da Resolução CNJ n. entes bases de dados (data e hora de o ou Seção Judiciária (Sistema em rol: ÃO Sonsultando os sistemas processuais a e hora, PROCESSOS com potencial —: (data e hora de Brasília) rá ser verificada, no prazo de 90 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA _3), endereço www.trfX.jus.br/ (ou baixo; nformado abrange processos em que año n. 680/2020 (CPF não informado), o e destinatário; nos termos da Resolução CNJ n. entes bases de dados (data e hora de ou Seção Judiciária | |
| devendo a 121/2010 Brasília): Processual abaixo ind de gerar in (noventa) REGIÃO (www.sjXX. o titular o o nome in devendo a 121/2010 Brasília): | ndicado para a constitularidade ser cond) Certidão expedie da Resolução CJF re) Certidão emitida Tribunal Regional and a constitularidade emitida Tribunal Regional and a certidão emitida 1) Texto da certidão emitida Tribunal Regional and a constitularidade emitida em Observações: a) A autenticidade dias, por qualquer in ou da SEÇÃO JUDICIÁRIO b) A pesquisa realiza u seu eventual espólución por certidão emitida emitidade emitidade dias, por qualquer in ou da SEÇÃO JUDICIÁRIO b) A pesquisa realiza u seu eventual espólución por certidão emitida emitidade emitidade da Resolução CJF re) Certidão emitida emitidade ser condicado para a constitularidade ser condicado para a | sulta será de responsa ferida pelo interessado ida gratuitamente e n. 680/2020; em consulta às seguir Federal da _ª Região /, às: CÃO: ANEXO X De para fins eleitorais se L FEDERAL DA _ª REGI DO PARA FINS ELEITORAIS forma da lei, que, co municipal de validação al municipal de responsa ferida pelo interessado ida gratuitamente e n. 680/2020; em consulta às seguir Federal da _ª Região municipal de come parte; | abilidade do solicitante da certidão, o e destinatário; nos termos da Resolução CNJ n. entes bases de dados (data e hora de o ou Seção Judiciária (Sistema em rol: ÃO Sonsultando os sistemas processuais a e hora, PROCESSOS com potencial —: (data e hora de Brasília) rá ser verificada, no prazo de 90 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA _²), endereço www.trfX.jus.br/ (ou baixo; nformado abrange processos em que año n. 680/2020 (CPF não informado), e destinatário; nos termos da Resolução CNJ n. entes bases de dados (data e hora de ou Seção Judiciária | |
| devendo a 121/2010 Brasília): Processual abaixo ind de gerar in (noventa) REGIÃO (www.sjXX. o titular o o nome in devendo a 121/2010 Brasília): | ndicado para a constitularidade ser cond) Certidão expedie da Resolução CJF re) Certidão emitida Tribunal Regional para judicado de CÓDIGO DE VALIDAGO 1) Texto da certidão PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL TRIBUNAL REGIONA OU SEÇÃO JUDICIÁRIA E CERTIDÃO JUDICIAL N/_ CERTIFICAMOS, na icados, NÃO CONSTA nelegibilidade contra: OU CPF/CNPJ n Certidão emitida em Observações: a) A autenticidade dias, por qualquer inou da SEÇÃO JUDICIÁRIO CONSTANCIONA POS CO | sulta será de responsa ferida pelo interessado ida gratuitamente e n. 680/2020; em consulta às seguir Federal da _ª Região /, às:: CAO: ANEXO X De para fins eleitorais se L FEDERAL DA _ª REGI DO PARA FINS ELEITORAIS forma da lei, que, c n, até a presente date | abilidade do solicitante da certidão, o e destinatário; nos termos da Resolução CNJ n. entes bases de dados (data e hora de o ou Seção Judiciária (Sistema em rol: ÃO Sonsultando os sistemas processuais a e hora, PROCESSOS com potencial —: (data e hora de Brasília) rá ser verificada, no prazo de 90 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA _²), endereço www.trfX.jus.br/ (ou baixo; nformado abrange processos em que año n. 680/2020 (CPF não informado), e destinatário; nos termos da Resolução CNJ n. entes bases de dados (data e hora de ou Seção Judiciária | |

| | OU | (nome) | |
|---|---|--|--|
| | CPF/CNPJ n Rol de processos e | ncontrados na pesquisa: | |
| Número | | Classe | Juízo |
| Número | | Classe | Juízo |
| REGIÃO (d | Observações: a) A autenticidade dias, por qualquer i ou da SEÇÃO JUDI | nteressado no site do TRIE CIÁRIA DE), | ser verificada, no prazo de 90 UNAL REGIONAL FEDERAL DA _ق endereço www.trfX.jus.br/ (ou |
| o titular o o nome ir devendo a | b) A pesquisa realiz u seu eventual espó c) Nos casos do § 1 ndicado para a con titularidade ser cor d) Certidão expec e da Resolução CJF | lio figure como parte; º do art. 4º da Resolução r sulta será de responsabili- iferida pelo interessado e lida gratuitamente e nos n. 680/2020; | mado abrange processos em que n. 680/2020 (CPF não informado) dade do solicitante da certidão pelo destinatário; termos da Resolução CNJ n |
| Brasília): | Tribunal Regional I | - Federal da _ª Região ou S | bases de dados (data e hora de Seção Judiciária (Sistema |
| Processual | CÓDIGO DE VALIDA | /, às:: .ÇÃO: | |
| | | ANEXO XI | |
| | 1) Texto da certidã PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL | o requisitada sem rol: | |
| | OU SEÇÃO JUDICIÁRIA | | LACÃO HADISIA |
| | N/_ CERTIFICAMOS, na | | ultando os sistemas processuais |
| OU POLOS | ATIVO E PASSIVO, | AM, até a presente data e conforme a requisição) em (nome) | hora, PROCESSOS (POLO PASSIVC relação a: |
| (noventa) | Observações: a) A autenticidade | m:/, às:: e desta certidão poderá | _ (data e hora de Brasília) ser verificada, no prazo de 90 UNAL REGIONAL FEDERAL DA = |
| REGIÃO (c www.sjXX. o titular o o nome in devendo a 121/2010 | ou da SEÇÃO JUDIC jus.br), por meio do b) A pesquisa realiz u seu eventual espó c) Nos casos do § 1 ndicado para a con titularidade ser cor d) Certidão expece da Resolução CJF | IÁRIA DE) código de validação abaix ada com base no CPF infor lio figure como parte; ⁹ do art. 4º da Resolução r sulta será de responsabili ferida pelo interessado e lida gratuitamente e nos n. 680/2020; | , endereço www.trfX.jus.br/ (ou o; mado abrange processos em que n. 680/2020 (CPF não informado) dade do solicitante da certidão |
| Brasília): (Sistema P | CÓDIGO DE VALIDA | Federal da _ª Região ou até//, às::_ .ÇÃO: o requisitada com rol: | ı Seção Judiciária · |
| | PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL TRIBUNAL REGIONA OU SEÇÃO JUDICIÁRIA | al federal da _ª região do | |
| | CERTIDÃO REQUISIT | TADA MEDIANTE DETERMIN | NAÇÃO JUDICIAL ultando os sistemas processuais |
| abaixo ind POLOS ATI | icados, CONSTAM, a VO E PASSIVO, conf | | , PROCESSOS (POLO PASSIVO OL |
| | OU CPF/CNPJ n | | |
| Número | | Classe | Juízo |
| Número | (| Classe | Juízo |
| REGIÃO (c | Observações: a) A autenticidade dias, por qualquer i ou da SEÇÃO JUDIO | nteressado no site do TRIE | ser verificada, no prazo de 90 UNAL REGIONAL FEDERAL DA _ª endereço www.trfX.jus.br/ (ou |

| (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA |
|--|
| REGIÃO (ou da SEÇÃO JUDICIÁRIA DE), endereço www.trfX.jus.br/ (ou |
| www.sjXX.jus.br), por meio do código de validação abaixo; |
| b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que |
| o titular ou seu eventual espólio figure como parte; |
| c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), |
| o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, |
| devendo a titularidade ser conferida nelo interessado e destinatário: |

devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário; d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020; e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de

Brasília): Tribunal Regional Federal da _ª Região ou Seção Judiciária _

rocessual ______) até __/__/___, às __:__:__.
CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: ______ (Sistema Processual

(*) Republicado por ter saído com incorreções no DOU de 02/12/2020, Seção 1, pág. 125.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA GPR № 2.071, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, com fundamento no parágrafo único do artigo 24 da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 19 de dezembro de 2006, tendo em vista o contido no PA SEI 20138/2020,

Art. 1º Agregar os valores das Funções Comissionadas abaixo relacionadas, conforme quadro a seguir:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152020120300170

| item | código FC | nível FC | descrição FC | Localização FC | valor R\$ |
|-------|-----------|----------|--------------|--|-----------|
| 1 | 260 | FC-03 | FC-03 | Gabinete dos Juízes Substitutos da VIJ | 1.379,07 |
| 2 | 3768 | FC-01 | FC-01 | Gabinete dos Juízes Substitutos da VIJ | 1.019,17 |
| Total | | | | | |
| | | | | | 2 200 24 |

Art. 2º Utilizar o valor total especificado no artigo 1º para criação das Funções Comissionadas abaixo relacionadas, destinando-os conforme quadro a seguir:

| item | nível FC | descrição FC | Localização FC | valor R\$ |
|-------|----------|--------------|--|--------------|
| 1 | FC-05 | FC-05 | Gabinete dos Juízes Substitutos da VIJ | R\$ 2.232,38 |
| Total | | | | R\$ 2.232,38 |
| | | R\$ 165,86 | | |

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ROMEU GONZAGA NEIVA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA 2ª REGIÃO

PORTARIA CRBIO-02 Nº 48, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

O Presidente do Conselho Regional de Biologia da 2ª Região-CRBio-02 e o Conselheiro Tesoureiro do Conselho Regional de Biologia da 2ª Região-CRBio-O2, no uso de suas atribuições legais, expressas no Inciso X, Art. 21, do Regimento Interno. Considerando a necessidade de normatização dos cargos de assessoramento da Presidência e demais membros da Diretoria e da Delegacia Regional no Espírito Santo; Considerando que os cargos são de confiança, por indicação da Diretoria e aprovados pela Plenária, não sendo empregados públicos, embora regidos pela CLT; Considerando os princípios de transparência e publicidade; Considerando a EMENDA CONSTITUCIONAL nº 106, de 07 de maio de 2020; Considerando o deliberado na Reunião de Diretoria de 23 de novembro de 2020, e, Considerando a deliberação e aprovação pela Diretoria em sua reunião de 23 de novembro de 2020, de baixar a presente Portaria, ad referendum da Plenária 384ª, resolve:

Art. 1º - Implantar a tabela de cargos de natureza especial, em anexo a presente Portaria (ANEXO 1). Parágrafo 1º - os cargos de natureza especial mencionados no caput do presente artigo serão livremente nomeados e exonerados através de Portaria da Presidência do CRBio-02, após aprovação da Diretoria e deliberação do Plenário. Parágrafo 2º - em conformidade com o disposto na EMENDA CONSTITUCIONAL nº 106, de 07 de maio de 2020, ficam congelados os aumentos de qualquer natureza da remuneração dos funcionários públicos até 31 de dezembro de 2021. Parágrafo 3º - em razão do disposto no Parágrafo 2º, ficam remanejados os valores dispostos na Portaria CRBio/02 nº 19, de 12 de agosto de 2019, modificada pela Portaria CRBio-02 nº 22, de 13 de março de 2020, conforme a tabela 1, em anexo, mantendo-se os gastos dentro dos valores corrigidos pela Portaria CRBio/02 nº 22/2020.

Art. 2º - Os cargos que tratam esta Portaria serão de um assessor da Presidência, dois assessores da diretoria, um assistente de Diretoria para a Sede no Estado do Rio de Janeiro, e de um assessor da Delegacia e um assistente para a Delegacia no Estado do Espírito Santo. Parágrafo Único - os cargos definidos no caput deste artigo serão de livre provimento, com quarenta horas semanais de trabalho, contratados pelo Regime Celetista, indicados pela Diretoria e aprovados pela Plenária, não sendo obrigatório o preenchimento de todos os cargos ora indicados.

Art. 3º - A correção dos valores dos cargos comissionados será feita no período anual da data base no Dissídio Coletivo da categoria.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU, revogando-se as disposições em contrário das Portarias CRBio/02 números 19/2019 e 22/2020. Vicente Moreira Conti - Presidente - CRBio/02 nº 00164/02-D; Valdir Alves Lage - Diretor Tesoureiro - CRBio/02 nº 227/02-D

> VICENTE MOREIRA CONTI Presidente do Conselho

VALDIR ALVES LAGE

Diretor-Tesoureiro

ANEXO I

TABELA DE REMUNERAÇÃO

| CARGO | QUANTIDADE DE CARGOS | REMUNERAÇÃO R\$ |
|----------------------------|----------------------|-----------------|
| Assessor da Presidência/RJ | 01 | 5.850,00 |
| Assessor da Diretoria/RJ | 02 | 4.980,00 |
| Assessor da Delegacia/ES | 01 | 3.750,00 |
| Assistente da Diretoria/RJ | 01 | 2.990,00 |
| Assistente da Delegacia/ES | 01 | 2.850,00 |
| | | |

TABELA DAS FUNÇÕES DOS CARGOS

| THE EAST ON GOLD DOS OF MICES | | | | |
|-------------------------------|---|--|--|--|
| CARGO | FUNÇÃO | | | |
| Assessor da Presidência/RJ | Prestar assessoramento ao Presidente, cuidar da sua agenda, gerenciar as atividades do Conselho, atender demandas a ele atribuídas pela Presidência. | | | |
| Assessor da Diretoria/RJ | Prestar assessoramento ao Presidente e às Diretorias, cuidando do recebimento, elaboração e emissão de documentos, da agenda dos diretores, e atendendo demandas atribuídas pela Presidência e Direção, prestar assistência às Comissões, secretariar as reuniões, manter o arquivo e relatórios em ordem e apoio a eventos e cursos. | | | |
| Assessor da Delegacia/ES | Prestar assessoramento ao Delegado Regional no Espírito Santo, organizando sua agenda, a emissão e recebimento de documentos, a supervisão e orientação dos serviços da Delegacia, cuidar da frequência e demais atividades administrativas e trabalhistas dos funcionários, atender a demandas atribuídas pelo Delegado. | | | |
| Assistente da Diretoria/RJ | Atender as demandas da Assessoria da Diretoria, cuidar da logística, estar habilitado para dirigir veículos, responder pelo Almoxarifado, logística, manutenção predial, cuidar de manter em ordem o Patrimônio e receber e verificar as compras efetuadas pela área competente. | | | |
| Assistente da Delegacia/ES | Apoio geral ao Assessor da Delegacia; apoio a logística e serviços gerais; recebimentos e emissão de documentos e expedientes; manter o arquivo e relatórios em ordem; atender as demandas quanto a manutenção e compras, e estar habilitado para conduzir veículos. | | | |

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO № 65, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020

O Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo - Coren/ES, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferida na Lei nº 5.905 de 12 de Julho de 1973, bem como no Regimento Interno da autarquia; decide:

Art. 1º - Aprovar o Orçamento Programa do Coren-ES para o exercício Econômico-Financeiro de 2021, discriminados pelos anexos integrantes desta Decisão, que estima a Receita em R\$ 10.211.828,00 (dez milhões duzentos e onze mil oitocentos e vinte e oito reais) e fixa a despesa em igual valor.

Art. 2º - O Regional promoverá a disciplina de execução e distribuição das dotações no interesse da Autarquia, nos termos do Art. 66, da Lei Federal nº 4.320/64.

